

**Relatório de  
Sistematização e Análise das Contribuições à Consulta Pública  
das Iniciativas da Estratégia Nacional de Contratações Públicas  
para o Desenvolvimento Nacional Sustentável**

**Secretaria de Gestão e Inovação  
Diretoria de Estratégias em Contratações Públicas Sustentáveis  
Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos**

# Sumário

A) Introdução .....	2
B) Consulta pública .....	3
B.1) Dados gerais dos participantes .....	5
B.2) Dados gerais sobre as contribuições .....	6
C) Eixo Social .....	8
C.1) Análise quantitativa .....	9
C.1.1) Iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos .....	9
C.1.2) Qualidade da redação das iniciativas .....	10
C.1.3) Adição de nova iniciativa .....	12
C.2) Revisão das iniciativas e objetivos específicos .....	13
C.2.1) Aprimoramento da redação das iniciativas .....	13
C.2.2) Análise das sugestões de novas iniciativas .....	16
D) Eixo Ambiental .....	17
D.1) Análise quantitativa .....	18
D.1.1) Iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos .....	18
D.1.2) Qualidade da redação das iniciativas .....	19
D.1.3) Adição de nova iniciativa .....	21
D.2) Revisão das iniciativas e objetivos específicos .....	22
D.2.1) Aprimoramento da redação das iniciativas .....	22
D.2.2) Análise das sugestões de novas iniciativas .....	25
E) Eixo Econômico .....	26
E.1) Análise quantitativa .....	27
E.1.1) Iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos .....	27
E.1.2) Qualidade da redação das iniciativas .....	28
E.1.3) Adição de nova iniciativa .....	31
E.2) Revisão das iniciativas e objetivos específicos .....	31
E.2.1) Aprimoramento da redação das iniciativas .....	31
E.2.2) Análise das sugestões de novas iniciativas .....	35
F) Eixo Gestão .....	35
F.1) Análise quantitativa .....	35
F.1.1) Iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos .....	36
F.1.2) Qualidade da redação das iniciativas .....	37
F.1.3) Adição de nova iniciativa .....	39
F.2) Revisão das iniciativas e objetivos específicos .....	40

F.2.1) Aprimoramento da redação das iniciativas .....	40
F.2.2) Análise das sugestões de novas iniciativas .....	49
G) Considerações finais .....	49
H) Referências bibliográficas .....	51

## A) Introdução

No período de 08 de dezembro de 2025 e 09 de março de 2026, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos lançou a consulta pública para revisão da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ENCP). O objetivo foi coletar contribuições para as iniciativas que vão compor o Plano de Ação Quinquenal (2027-2031) e que reforcem as contratações públicas como uma política estratégica do Estado, capaz de impulsionar resultados importantes nas áreas econômica, social e ambiental.

Este relatório tem por objetivo consolidar os principais dados do processo participativo na plataforma Brasil Participativo, iniciando com uma contextualização geral sobre a consulta pública e em seguida com a apresentação dos resultados organizados por Eixo temático da ENCP (Social, Ambiental, Econômico e Gestão).

Em cada Eixo temático está disponível uma análise quantitativa sobre as iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, a qualidade da redação e a necessidade de adição de novas iniciativas. Também é apresentada uma análise qualitativa sobre a necessidade do aprimoramento da redação das iniciativas e de inclusão de novas iniciativas para alcançar os objetivos estratégicos da ENCP.

## B) Consulta pública

A Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ENCP) está estruturada em quatro eixos temáticos - econômico, social, ambiental e gestão - que traduzem uma concepção integrada de desenvolvimento nacional sustentável.

1. No **eixo econômico**, as contratações públicas são orientadas para fortalecer a produção nacional, estimular inovação e ampliar o desenvolvimento regional, contribuindo para dinamizar a estrutura produtiva e gerar emprego e renda. A intenção é que o Estado assuma papel ativo na indução de investimentos estratégicos nas cadeias produtivas, promovendo maior autonomia tecnológica.
2. O **eixo social** direciona o poder de compra para a promoção da inclusão, do trabalho decente e da ampliação de oportunidades econômicas, especialmente para grupos sub-representados. As contratações passam a operar como mecanismo indutor de equidade, que valorizam práticas empresariais responsáveis e ampliam a diversidade da base de fornecedores.
3. O **eixo ambiental** reforça a necessidade de que o uso dos recursos públicos esteja alinhado à transição ecológica. A incorporação de critérios de sustentabilidade, de mitigação e adaptação climática e de estímulo à economia circular e posiciona o Estado como agente estratégico na promoção de modelos produtivos mais limpos e eficientes.
4. O **eixo gestão** orienta a constituição de iniciativas para o fortalecimento das capacidades estatais necessárias para viabilizar a implementação da visão estratégica apresentada nos eixos econômico, social e ambiental. O eixo gestão traz iniciativas que envolvem a capacitação de servidores e de fornecedores, a melhoria da eficiência dos processos de contratações, a gestão de dados para orientar a tomada de decisões estratégicas, a modernização de sistemas digitais e a ampliação do diálogo com o setor produtivo.

Cada um dos eixos possui seus objetivos estratégicos, objetivos específicos (macroações) e iniciativas, como pode ser visualizado na Figura 1, e que em conjunto compõem o Plano de Ação da ENCP.

**Objetivo E1: Incentivar a realização de investimentos estratégicos para a soberania produtiva e tecnológica, o desenvolvimento tecnológico, o adensamento produtivo e geração de emprego e renda;**

Cód. Macro	Macroação	Cód. Iniciativa	Iniciativa
E1.1	Mobilizar recursos financeiros para setores econômicos estratégicos	E1.1.1	Orientar fundos de fomento já existentes (ex: FNDCT e FNDIT) para o financiamento de contratação pública de inovação
		E1.1.2	Expandir, divulgar e aprimorar instrumentos financeiros para fornecedores nas compras públicas contemplando garantias, antecipação de recebíveis, crédito de produção, capital de giro e adiantamento, entre outros

**Figura 1.** Tabela ilustrando parte do Plano de ação no Eixo Econômico

Dessa forma, a consulta pública foi proposta para promover a revisão das iniciativas da ENCP que irão compor o Plano de Ação Quinquenal 2027-2031. Sua operacionalização utilizou a plataforma digital de participação social do governo federal, Brasil Participativo, e disponibilizou um formulário organizado em 4 seções (Primeira seção: Eixo Econômico; Segunda seção: Eixo Ambiental; Terceira seção: Eixo Social; Quarta seção: Eixo Gestão).

Cada participante teve a opção de responder todas as seções ou somente àquela de sua preferência, e em cada seção, as questões também eram de resposta opcional. Ao acessar cada seção, o participante tinha à disposição a oportunidade de responder as seguintes três questões:

1. “Indique as iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos Objetivos Estratégicos do Eixo? (Selecione até 5 iniciativas)”
2. “Avalie a qualidade da redação das iniciativas do Eixo.”
3. “Indique se há necessidade de adicionar alguma iniciativa para o pleno alcance dos Objetivos Estratégicos do Eixo.”

Na questão 1, um formulário de múltipla escolha disponibilizou todas as iniciativas e os participantes puderam selecionar até 5 opções por Eixo.

Na questão 2, cada uma das iniciativas tinha 3 opções de resposta:

- a. “A redação da iniciativa está adequada”;
- b. “A iniciativa pode ser excluída”
- c. “A redação da iniciativa não está adequada”.

Quando o participante escolhia a opção “A redação da iniciativa não está adequada”, abria-se um campo de texto para o envio de uma sugestão de aprimoramento da redação.

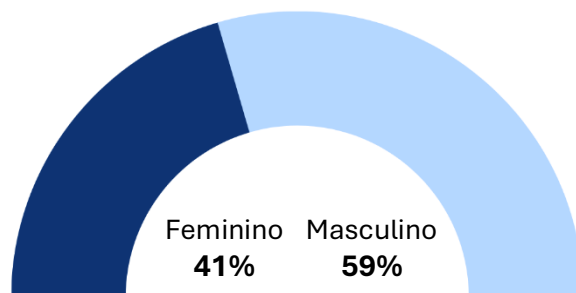
Na questão 3, o formulário disponibilizou 2 opções de resposta para cada objetivo estratégico do Eixo analisado:

- a. “As iniciativas apresentadas são suficientes para o atendimento deste Objetivo Estratégico”;
- b. “As iniciativas apresentadas não são suficientes para o atendimento deste Objetivo Estratégico”.

Quando o participante escolhia a opção “As iniciativas apresentadas não são suficientes para o atendimento deste Objetivo Estratégico”, abria-se um campo de texto para o envio de uma sugestão de nova iniciativa para o objetivo analisado.

## B.1) Dados gerais dos participantes

No período de 08 de dezembro de 2025 e 09 de março de 2026, **127 pessoas** participaram da consulta pública da ENCP, sendo que 52 ou 41% se identificaram como sendo do gênero feminino e 75 ou 59%, do masculino.

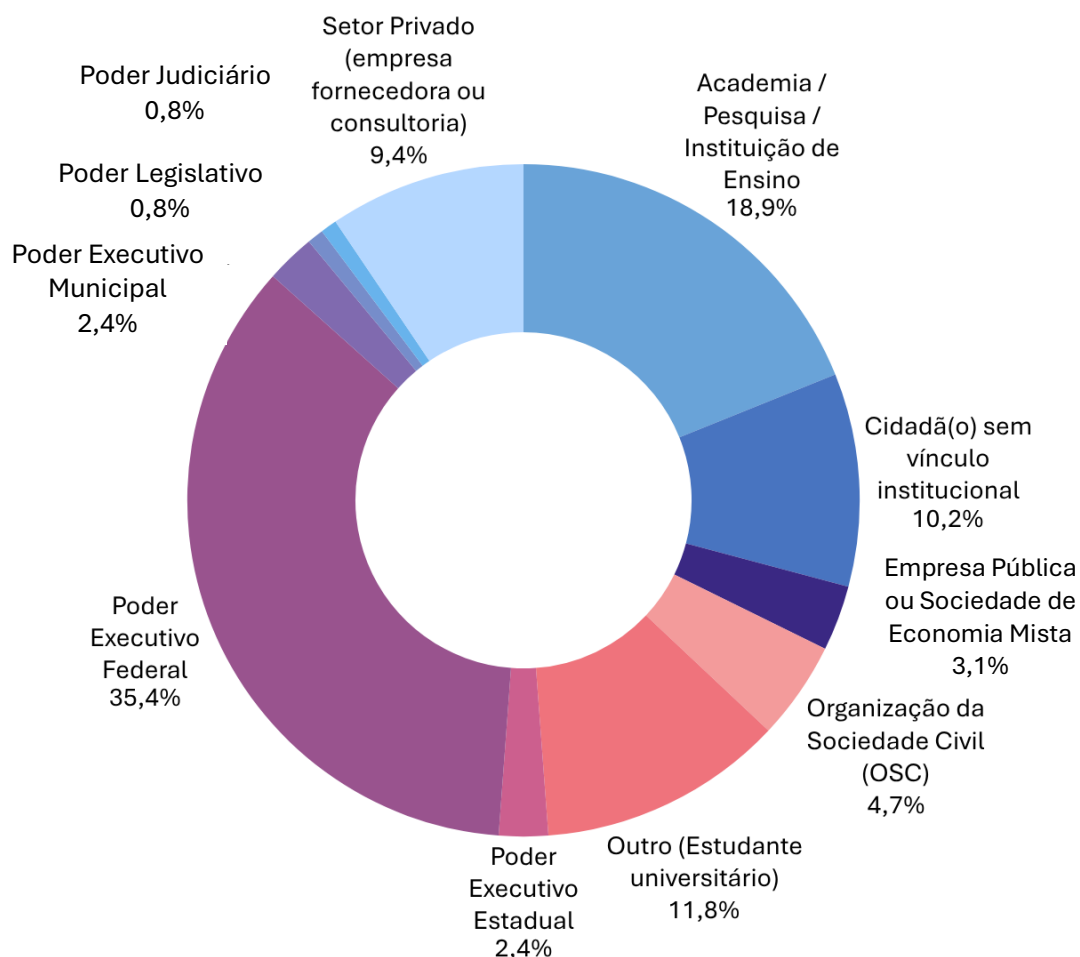


Em termos de escolha do setor ou segmento que representa a atuação profissional ou institucional, destaques para as categorias Poder Executivo Federal e Academia / Pesquisa / Instituição de Ensino, com 45 ou 35,4% e 24 ou 18,9% dos participantes respectivamente, como pode ser visualizado no Gráfico 1.

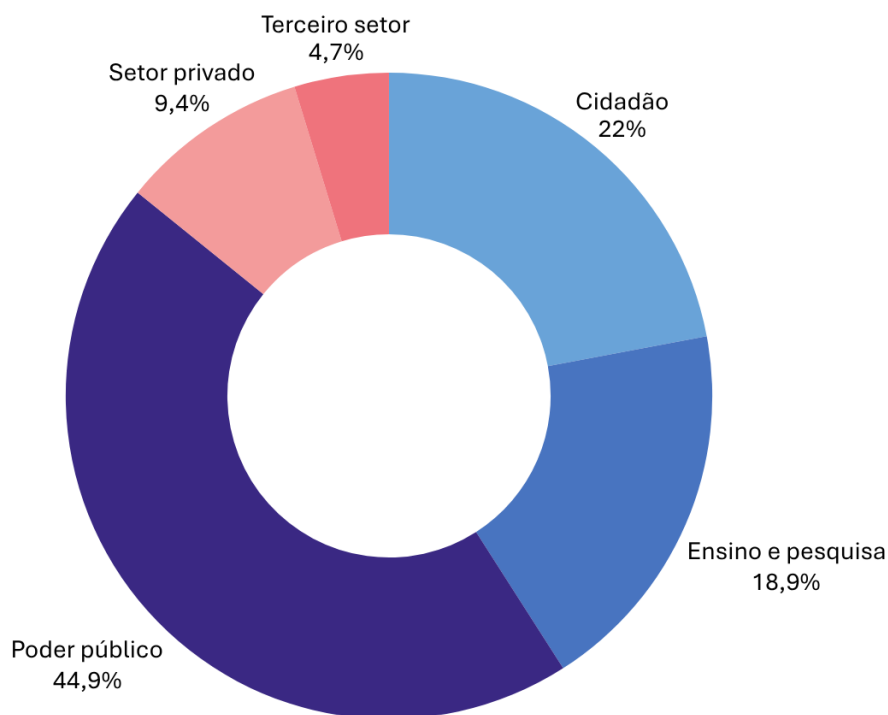
Em uma sugestão de simplificação dos setores ou segmentos que representam a atuação profissional ou institucional dos participantes, como é apresentado no Gráfico 2, as categorias serão formadas pela seguinte aglutinação:

- **cidadão:** Cidadã(o) sem vínculo institucional + Outro (especificar) (Estudante);
- **ensino e pesquisa:** Academia / Pesquisa / Instituição de Ensino + Outro (especificar) (Professor / Pesquisador);
- **poder público:** Poder Executivo Federal + Poder Executivo Estadual + Poder Executivo Municipal + Poder Legislativo + Poder Judiciário + Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista;
- **setor privado:** Setor Privado (empresa fornecedora ou consultoria);
- **terceiro setor:** Organização da Sociedade Civil (OSC) + Outro (especificar) (Associação / Organização sem fins lucrativos).

Nessa nova configuração de categorias, o Poder público continua o principal destaque com 57 ou 44,9% dos participantes, mas agora Cidadão aparece em seguida com 28 ou 22% dos participantes, como é apresentado no Gráfico 2.



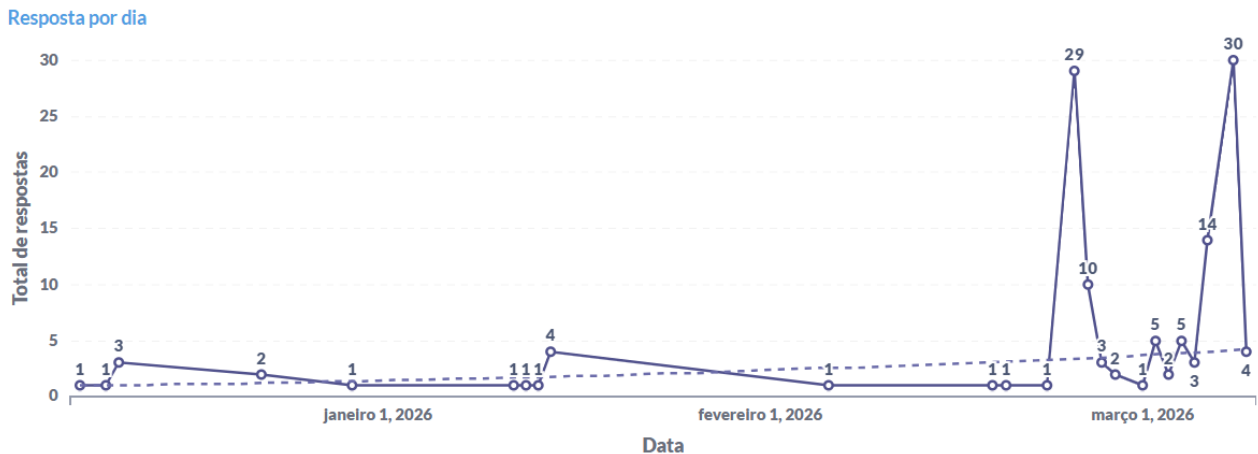
**Gráfico 1.** Setor ou segmento que representa a atuação profissional ou institucional dos participantes



**Gráfico 2.** Simplificação do setor ou segmento que representa a atuação profissional ou institucional dos participantes

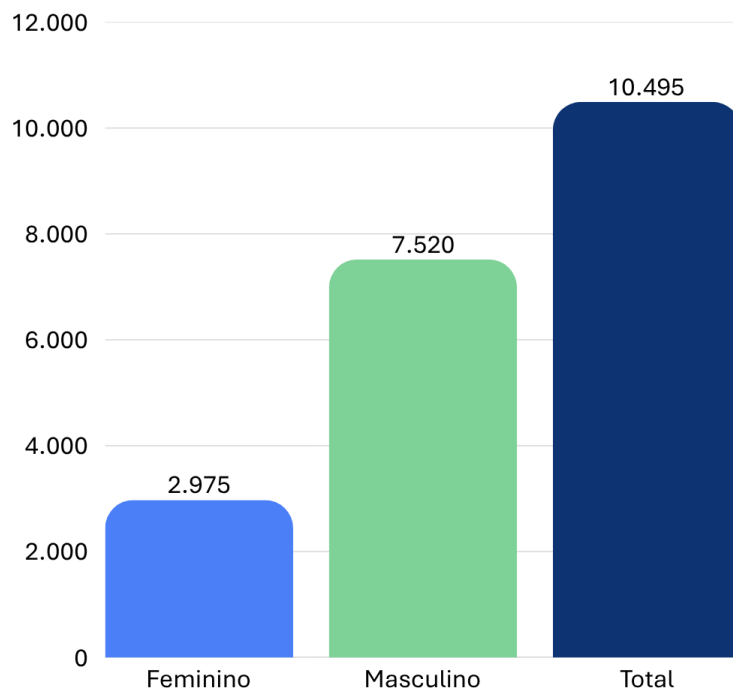
## B.2) Dados gerais sobre as contribuições

A página da consulta pública na plataforma Brasil Participativo (disponível no endereço eletrônico <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/encp>), no período de 08 de dezembro de 2025 e 09 de março de 2026, recebeu a contribuição de 127 participantes, com picos de envio de respostas nos dias 24 de fevereiro e 8 de março. Vale lembrar que cada resposta indicada no Gráfico 3, refere-se ao conjunto de contribuições de cada participante e seu envio único no momento da conclusão de sua participação.



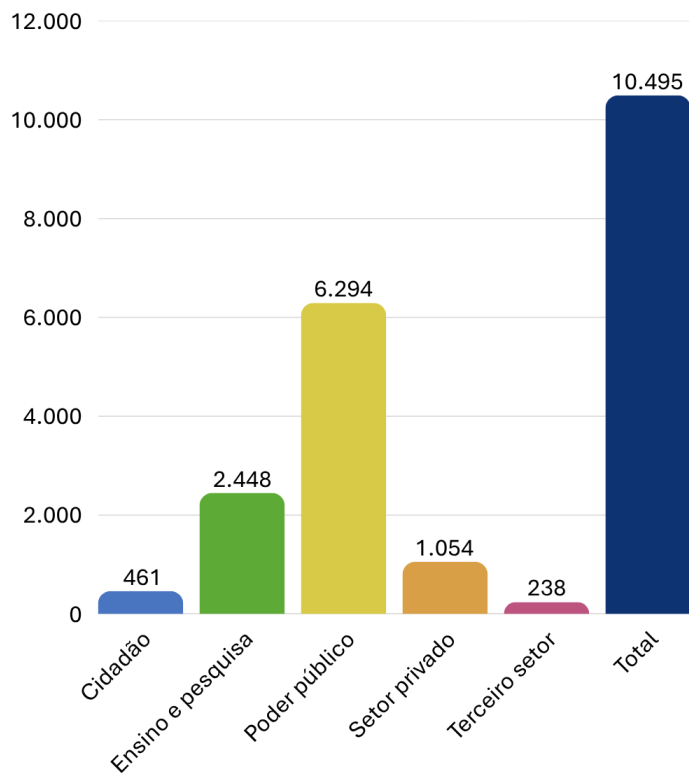
**Gráfico 3.** Respostas de participantes para a consulta pública 2026 da ENCP recebidas por dia

Em números totais, os 127 participantes enviaram 10.495 contribuições, sendo 2.975 enviadas pelo público feminino e 7.520 pelo masculino.

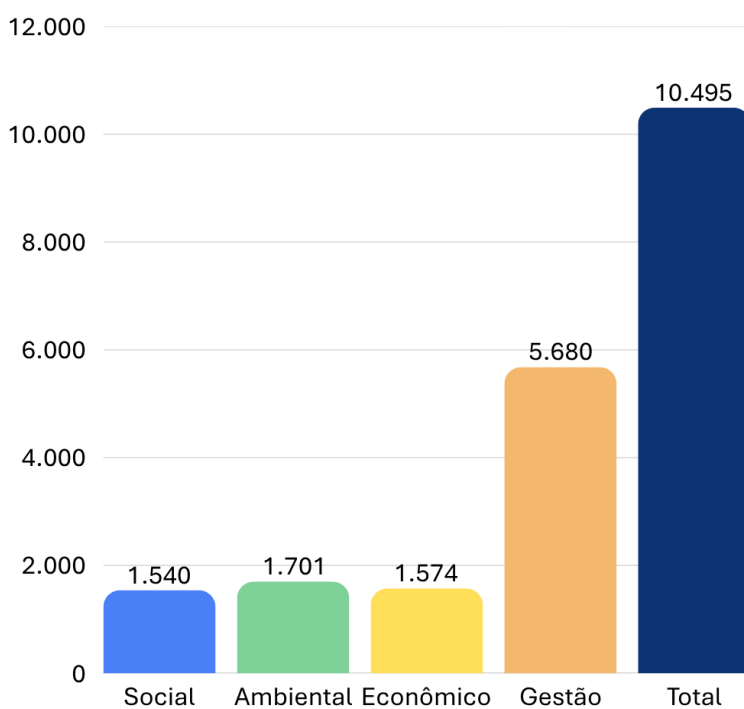


**Gráfico 4.** Contribuições por gênero à consulta pública 2026 da ENCP

Em termos de categorias de setores ou segmentos que representam a atuação profissional ou institucional dos participantes, como apresenta o Gráfico 5, destaques para o Poder público e o Ensino e pesquisa que enviaram 6.294 e 2.448 contribuições respectivamente. E do total de contribuições, cerca de 54% ou 5.680 foram enviadas para o eixo temático Gestão (Gráfico 6).



**Gráfico 5.** Contribuições por gênero à consulta pública 2026 da ENCP



**Gráfico 6.** Contribuições por eixo temático da consulta pública 2026 da ENCP

## C) Eixo Social

A partir das 1.540 contribuições enviadas para o Eixo Social, a seguir são apresentados os principais resultados da análise quantitativa sobre as iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, a qualidade da redação e a necessidade de adição de novas iniciativas. Também é apresentada uma análise qualitativa sobre a necessidade do aprimoramento da redação das iniciativas e de inclusão de novas iniciativas para alcançar os objetivos estratégicos da ENCP.

### C.1) Análise quantitativa

Como mencionado anteriormente, os participantes tinham à disposição a oportunidade de responder as seguintes três questões:

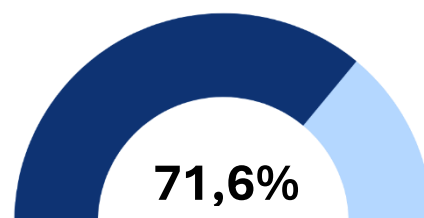
1. “Indique as iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos Objetivos Estratégicos do Eixo? (Selecione até 5 iniciativas)”
2. “Avalie a qualidade da redação das iniciativas do Eixo.”
3. “Indique se há necessidade de adicionar alguma iniciativa para o pleno alcance dos Objetivos Estratégicos do Eixo.”

Dessa forma, optou-se pela apresentação dos principais resultados do Eixo Social seguindo a mesma estrutura. Vale lembrar que a tabulação de todos os dados recebidos pela consulta pública e as análises completas de cada questão estão disponíveis no ANEXO A: “Eixo SOCIAL - Tabulação e análises”.

#### C.1.1) Iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos

**91 ou 71,6% dos participantes** enviaram suas contribuições, sendo a iniciativa mais votada a “S1.1.3 Adotar metas socioambientais obrigatórias em editais de alto valor”, com 43 respostas ou 33,9% dos participantes.

Na Tabela 1, são apresentadas as 2 iniciativas mais votadas por Objetivo estratégico, com informações sobre o número de respostas e os percentuais que representam dentro do Eixo Social e no total de participantes, indicado como “% Total”.



Cód OE	Objetivo estratégico	Cód I	Iniciativa	Nº de respostas	% Eixo Social	% Total
S1	Incentivar a economia de impacto e promover a inovação social	S1.1.3	Adotar metas socioambientais obrigatórias em editais de alto valor	43	47,3%	33,9%
		S1.1.5	Criar matriz de impacto socioambiental para guiar as exigências e a mensuração de impacto positivo nas contratações	34	37,4%	26,8%
S2	Promover a adoção de práticas de equidade e inclusão nas contratações públicas, com vistas a ampliar a representatividade racial, de gênero e social da base de fornecedores	S2.1.1	Estabelecer benefícios para empresas que implementem ações de equidade de gênero	24	26,4%	18,9%
		S2.1.2	Instituir critérios e incentivos (pontuação técnica, preferência e desempate) para empresas que comprovem a contratação e a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade e de grupos sub-representados	24	26,4%	18,9%

<b>S3</b>	Promover a responsabilidade social e o trabalho decente nas contratações públicas	<b>S3.1.3</b>	Estruturar mecanismos de incentivo destinados a empresas com práticas de responsabilidade social	30	33,0%	<b>23,6%</b>
		<b>S3.1.1</b>	Fomentar a adoção de práticas ASG nas contratações públicas	23	25,3%	<b>18,1%</b>

**Tabela 1.** Iniciativas mais votadas por Objetivos estratégicos do Eixo Social

### C.1.2) Qualidade da redação das iniciativas

Todas as 23 iniciativas do Eixo Social estavam disponíveis para avaliação da qualidade da redação, **o envio de respostas era opcional** e havia 3 opções de resposta:

- “A redação da iniciativa está adequada”;
- “A iniciativa pode ser excluída”
- “A redação da iniciativa não está adequada”.

Quando o participante escolhia a opção “A redação da iniciativa não está adequada”, abria-se um campo de texto para o envio de uma sugestão de aprimoramento da redação. Nas demais opções não havia nenhum campo para justificativa.

Dessa forma, considerando que 127 é o número total de participantes da consulta pública, é possível observar os seguintes resultados quantitativos:

Nº de participantes EIXO SOCIAL	% Total
50 a 62	39% a 49%

Nº de iniciativas EIXO SOCIAL	Adequada	Adequada % Eixo	Adequada % Total
23 (100%)	36 a 53 respostas	68% a 92%	28% a 42%

Nº de iniciativas EIXO SOCIAL	Aprimorar	Aprimorar % Eixo	Aprimorar % Total
21 (91%)	1 a 6 respostas	2% a 11%	1% a 5%

Nº de iniciativas EIXO SOCIAL	Excluir	Excluir % Eixo	Excluir % Total
23 (100%)	3 a 12 respostas	5% a 23%	2% a 9%

**Tabela 2.** Resultado quantitativo agregado sobre a qualidade da redação das iniciativas do Eixo Social

Como nem todos os participantes optaram em avaliar todas as 23 iniciativas, o resultado agregado precisa ser apresentado em intervalos. Dessa forma, entre 50 e 62 participantes enviaram suas contribuições para essa pergunta, o que representa de 39% a 49% do total.

As 23 iniciativas receberam avaliações sobre estarem adequadas e ao mesmo tempo que poderiam ser excluídas. Como não havia um campo de justificativa, não foi possível extrair uma conclusão sobre essa divergência.

Observando as Tabelas 3, 4 e 5 é possível perceber novas divergências, pois as iniciativas **S1.1.2** e **S3.1.1** são consideradas as mais adequadas e também as que mais precisam de aprimoramento da redação. Situação similar ocorre com as iniciativas **S1.5.1** e **S2.1.3** que estão entre as mais votadas para serem excluídas e para serem aprimoradas.

Como as contribuições sugerindo “Excluir” estão com um percentual total muito baixo, nenhuma iniciativa será excluída nessa etapa da avaliação, porém elas receberam uma atenção especial durante a avaliação de aprimoramento da redação.

Cód I	Iniciativa	Nº de respostas	Excluir	Excluir % Eixo	Excluir % Total
<b>S1.3.2</b>	Inserir nos editais cláusula que atribua pontos adicionais ou tratamento diferenciado para fornecedores registrados no CADSOL	51	11	21,6%	<b>8,7%</b>
<b>S1.5.1</b>	Exigência de subcontratação de MEs, EPPs e cooperativas em contratos de grande vulto	53	12	22,6%	<b>9,4%</b>
<b>S2.1.2</b>	Instituir critérios e incentivos (pontuação técnica, preferência e desempate) para empresas que comprovem a contratação e a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade e de grupos sub-representados	57	10	17,5%	<b>7,9%</b>
<b>S2.1.3</b>	Criar regramento e orientações para aplicação nas contratações públicas o atendimento das necessidades específicas de homens e mulheres	54	11	20,4%	<b>8,7%</b>
<b>S2.1.5</b>	Incorporar critérios de inclusão de gênero e raça na seleção de fornecedores	53	11	20,8%	<b>8,7%</b>

**Tabela 3.** Iniciativas mais votadas para exclusão do Eixo Social

Cód I	Iniciativa	Nº de respostas	Adequada	Adequada % Eixo	Adequada % Total
<b>S1.1.2</b>	Incorporar nas contratações públicas a neutralização do impacto socioambiental gerado no âmbito da produção dos bens e serviços consumidos	53	43	81,1%	<b>33,9%</b>
<b>S1.3.3</b>	Estabelecer e ampliar critérios objetivos para seleção e contratação de empreendimentos de economia solidária, cooperativas e grupos sub-representados	55	47	85,5%	<b>37,0%</b>
<b>S2.1.6</b>	Criar instrumentos legais e de governança empresarial que favoreçam a inclusão social	52	43	82,7%	<b>33,9%</b>

<b>S3.1.1</b>	Fomentar a adoção de práticas ASG nas contratações públicas	54	44	81,5%	<b>34,6%</b>
<b>S3.1.2</b>	Reconhecer e promover exemplos de boas práticas de ASG em contratações públicas	54	46	85,2%	<b>36,2%</b>

**Tabela 4.** Iniciativas mais votadas como redação adequada do Eixo Social

<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>Aprimorar</b>	<b>Aprimorar % Eixo</b>	<b>Aprimorar % Total</b>
<b>S1.1.2</b>	Incorporar nas contratações públicas a neutralização do impacto socioambiental gerado no âmbito da produção dos bens e serviços consumidos	53	4	7,5%	<b>3,1%</b>
<b>S1.3.1</b>	Garantir percentual mínimo de participação de cooperativas da economia solidária e negócios de impacto nos editais e nos avisos de contratação pública	55	4	7,3%	<b>3,1%</b>
<b>S1.5.1</b>	Exigência de subcontratação de MEs, EPPs e cooperativas em contratos de grande vulto	53	5	9,4%	<b>3,9%</b>
<b>S2.1.3</b>	Criar regimento e orientações para aplicação nas contratações públicas o atendimento das necessidades específicas de homens e mulheres	54	5	9,3%	<b>3,9%</b>
<b>S3.1.1</b>	Fomentar a adoção de práticas ASG nas contratações públicas	54	6	11,1%	<b>4,7%</b>

**Tabela 5.** Iniciativas mais votadas como redação com necessidade de aprimoramento do Eixo Social

### C.1.3) Adição de nova iniciativa

Os participantes analisaram se as iniciativas apresentadas são suficientes para o atendimento dos 3 Objetivos estratégicos do Eixo Social. Dessa forma, é possível observar os seguintes resultados:

<b>Nº de respostas e % Total</b>	<b>SIM atendem Objetivo</b>		<b>NÃO atendem Objetivo</b>		<b>Cód OE</b>	<b>Objetivo estratégico</b>
62 49%	51	82%	11	18%	<b>S1</b>	Incentivar a economia de impacto e promover a inovação social
52 41%	46	88%	6	12%	<b>S2</b>	Promover a adoção de práticas de equidade e inclusão nas contratações públicas, com vistas a ampliar a representatividade racial, de gênero e social da base de fornecedores
57 45%	46	81%	11	19%	<b>S3</b>	Promover a responsabilidade social e o trabalho decente nas contratações públicas

**Tabela 6.** Resultado geral da contribuição de adição de nova iniciativa no Eixo Social

Quando o participante escolhia a opção “NÃO atende”, abria-se um campo de texto para o envio de uma sugestão de nova iniciativa. Dessa forma, foram enviadas 28 contribuições que serão analisadas a seguir.

## C.2) Revisão das iniciativas e objetivos específicos

### C.2.1) Aprimoramento da redação das iniciativas

Das 23 iniciativas do Eixo Social, **21 ou 91,3%** delas receberam **sugestões de aprimoramento** e que estão disponíveis na íntegra no ANEXO A, na aba “2.2. Redação - sugestões”. A seguir é apresentado um resumo do aprimoramento da redação das iniciativas.

Nº de iniciativas ADEQUADA	ADEQUADA % Eixo	Justificativa - resumo
4 iniciativas	17,5%	Os principais motivos para não incorporar as contribuições foram: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem envio de contribuições de aprimoramento;</li> <li>• Detalhamento da implementação das iniciativas, gerando alteração no escopo da redação e limitando as suas possibilidades de execução.</li> </ul>
Nº de iniciativas APRIMORADA	APRIMORADA % Eixo	Justificativa - resumo
15 iniciativas	65%	Os principais motivos para o aprimoramento foram: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alteração ou acréscimos de termos para atender melhor o escopo proposto para a iniciativa;</li> <li>• Alteração ou acréscimos de termos que sejam tecnicamente mais adequados;</li> <li>• Evitar a obrigatoriedade de contratação em contextos que podem não existir fornecedores aptos;</li> <li>• Descrição de siglas que não sejam de amplo domínio público.</li> </ul>
Nº de iniciativas EXCLUÍDA	EXCLUÍDA % Eixo	Justificativa - resumo
4 iniciativas	17,5%	Os principais motivos para exclusão foram: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Escopo já contemplado por outra iniciativa;</li> <li>• Fusão com outra iniciativa;</li> <li>• Redação idêntica entre iniciativas.</li> </ul>

**Tabela 7.** Resumo do aprimoramento da redação das iniciativas do Eixo Social

Nas tabelas 8, 9 e 10 são apresentados detalhes sobre a análise das contribuições enviadas pelos participantes e a redação revisada de cada iniciativa.

Cód I	Iniciativa	Redação revisada	Análise das sugestões
S1.1.1	Inserir, em licitações de grande vulto, exigência de apresentação prévia de contabilidade de impacto socioambiental das empresas	<b>Inserir, em licitações de grande vulto, exigência de apresentação prévia de contabilidade auditada de impacto socioambiental dos fornecedores</b>	Sugere-se que a contabilidade de impacto seja "auditada" para fornecer confiabilidade aos dados dos impactos socioambientais apresentados pelos fornecedores. Embora o termo "empresa" seja muito utilizado, ele não abrange pessoas jurídicas sem fins lucrativos como associações e fundações. Por isso, sugere-se a alteração para o termo "fornecedor" que é mais abrangente.
S1.1.2	Incorporar nas contratações públicas a neutralização do impacto socioambiental gerado no âmbito da produção dos bens e serviços consumidos	<b>Inserir, em licitações de grande vulto, exigência de neutralização de impacto socioambiental gerado na produção dos bens e/ou serviços contratados</b>	Mesmo após compensações socioambientais de licenciamentos e atuando de acordo com critérios da Taxonomia Sustentável, a produção de bens e prestação de serviços gera impactos negativos. Dessa forma, a neutralização é uma estratégia eficaz, mas ainda em estágio inicial. Dessa forma, sugere-se iniciar nas licitações de grande vulto, até para facilitar as estimativas de impactos e o acompanhamento da neutralização.
S1.1.3	Adotar metas socioambientais obrigatórias em editais de alto valor	<b>Adotar metas socioambientais obrigatórias em editais de grande vulto</b>	Para dar mais clareza para o montante financeiro dos editais, sugere-se o termo "alto valor" seja substituído por "grande vulto".
S1.1.4	Regulamentar a obrigação de que o licitante vencedor implemente ações de impacto socioambiental positivo		OK, sem alteração. Sugestões tem relação com a implementação da regulamentação e não serão incorporadas.
S1.1.5	Criar matriz de impacto socioambiental para guiar as exigências e a mensuração de impacto positivo nas contratações públicas		OK, sem alteração.
S1.2.1	Promover programas de compras voltados à inovação social, estimulando soluções criativas e eficazes para desafios enfrentados pelo setor público		OK, sem alteração. Sugestões são complementos para a redação e não se enquadram bem.
S1.2.2	Mapear e direcionar os desafios públicos que podem ser atendidos por negócios da economia de impacto		Ok, sem alteração. Mas há uma sugestão que traz um lembrete relevante sobre a importância de lembrar das especificidades regionais dos desafios no momento do mapeamento.
S1.3.1	Garantir percentual mínimo de participação de cooperativas da economia solidária e negócios de impacto nos editais e nos avisos de contratação pública	<b>Estabelecer percentual mínimo anual de participação de empreendimentos da economia solidária e negócios de impacto nos editais e nos avisos de contratação pública</b>	O percentual mínimo pode evoluir e ser estabelecido anualmente, à medida que essas entidades aumentam a participação. O termo "empreendimento" é mais abrangente que "cooperativa".
S1.3.2	Inserir nos editais cláusula que atribua pontos adicionais ou tratamento diferenciado para fornecedores registrados no CADSOL		EXCLUIR. Já está contemplada pela iniciativa S1.3.1, sendo a redação da S1.3.2 uma forma de viabilizar a iniciativa S1.3.1.

<b>S1.3.3</b>	Estabelecer e ampliar critérios objetivos para seleção e contratação de empreendimentos de economia solidária, cooperativas e grupos sub-representados	<b>Estabelecer e ampliar critérios objetivos para seleção e contratação de negócios de impacto, associações, cooperativas e empreendimentos da economia solidária, prioritariamente geridos ou compostos majoritariamente por grupos sub-representados</b>	Para tornar mais abrangente os tipos de entidades que podem ser beneficiadas, sugerem-se a inclusão de "negócios de impacto" e "associações". Vale lembrar que alguns grupo sub-representados optam por formalizar seus empreendimentos como "associação" ao invés de "cooperativa". Como a contratação pública deve ser de pessoas jurídicas, sugere-se que os "grupos sub-representados" sejam mencionados na gestão ou composição majoritária dos fornecedores.
<b>S1.3.4</b>	Estruturar mecanismos de incentivo para promover maior participação de negócios da economia de impacto nas contratações públicas		EXCLUIR. Já está contemplada pela iniciativa S1.3.3.
<b>S1.4.1</b>	Regulamentar nas contratações públicas parcerias entre cooperativas de catadores de materiais recicláveis e reciclados, fornecedores e Estado	<b>Regulamentar nas contratações públicas parcerias entre cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis e reciclados, fornecedores e Estado</b>	Vale lembrar que alguns grupos de catadores optam por formalizar seus empreendimentos como "associação" ao invés de "cooperativa".
<b>S1.5.1</b>	Exigência de subcontratação de MEs, EPPs e cooperativas em contratos de grande vulto	<b>Instituir critérios e incentivos para aumento das contratações de MEs, EPPs, cooperativas e associações, seja de forma direta ou por meio de subcontratação</b>	Pode ser que alguma região não possua MEs, EPPs, cooperativas e associações aptas, por isso, sugere-se a substituição do termo "exigência" por "Instituir critérios e incentivos". Vale lembrar que alguns grupos de catadores optam por formalizar seus empreendimentos como "associação" ao invés de "cooperativa".

**Tabela 8.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico S1

<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Redação revisada</b>	<b>Análise das sugestões</b>
<b>S2.1.1</b>	Estabelecer benefícios para empresas que implementem ações de equidade de gênero	<b>Instituir critérios e incentivos para entidades que comprovem a implementação de ações de valorização da diversidade, inclusão e equidade de gênero</b>	A inclusão explícita de "diversidade" e "inclusão" é necessária porque a equidade é o objetivo, mas depende de políticas estruturadas que ampliem a representatividade e assegurem ambientes organizacionais diversos e inclusivos. Embora o termo "empresa" seja muito utilizado, ele não abrange pessoas jurídicas sem fins lucrativos como associações e fundações. Por isso, sugere-se a alteração para o termo "entidade" que é mais abrangente.
<b>S2.1.2</b>	Instituir critérios e incentivos (pontuação técnica, preferência e desempate) para empresas que comprovem a contratação e a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade e de grupos sub-representados	<b>Instituir critérios e incentivos (pontuação técnica, preferência e desempate) para fornecedores que comprovem a contratação e a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade e de grupos sub-representados</b>	Embora o termo "empresa" seja muito utilizado, ele não abrange pessoas jurídicas sem fins lucrativos como associações e fundações. Por isso, sugere-se a alteração para o termo "fornecedor" que é mais abrangente.
<b>S2.1.3</b>	Criar regramento e orientações para aplicação nas contratações públicas o atendimento das necessidades específicas de homens e mulheres	<b>Criar regramento e orientações para o atendimento das necessidades específicas de gênero e de grupos sub-representados nas contratações públicas</b>	Sugere-se a substituição de "homens e mulheres" para "gênero" e a menção também dos grupos sub-representados

<b>S2.1.4</b>	Ampliar o percentual de negócios de mulheres e pessoas negras contratados pela administração pública	<b>Ampliar o percentual de negócios liderados por mulheres, pessoas negras e de grupos sub-representados contratados pela administração pública, por meio de programa de capacitação, simplificação de exigências e uso progressivo de incentivos</b>	Sugere-se a inclusão do termo "liderados" para que a iniciativa de fato possa refletir o objetivo de fortalecer a liderança feminina e de pessoas negras nas entidades. Acréscimo de "grupos sub-representados" e "por meio de programas de capacitação, simplificação de exigências e uso progressivo de incentivos", foram sugestões de novas iniciativas e se encaixam como um bom complemento.
<b>S2.1.5</b>	Incorporar critérios de inclusão de gênero e raça na seleção de fornecedores		EXCLUIR. Fusão com iniciativa S2.1.1
<b>S2.1.6</b>	Criar instrumentos legais e de governança empresarial que favoreçam a inclusão social	<b>Criar instrumentos legais e diretrizes de governança corporativa responsáveis e inclusivos</b>	A substituição de "governança empresarial" por "governança corporativa" confere maior precisão conceitual à proposta. Nas sugestões, destaque para as propostas de diretrizes: "por meio do fortalecimento de políticas de acesso a oportunidades, diversidade em cargos de liderança e mecanismos de transparência e monitoramento", que apresentam instrumentos normativos e estruturas formais de decisão, supervisão e prestação de contas.

**Tabela 9.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico S2

<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Redação revisada</b>	<b>Análise das sugestões</b>
<b>S3.1.1</b>	Fomentar a adoção de práticas ASG nas contratações públicas	<b>Elaborar Política de ASG (Ambiental, Social e Governança) para fornecedores de contratações públicas, com metas obrigatórias gradativas</b>	Acréscimo da descrição da sigla ASG para evitar dúvidas. Menção à "Taxonomia Sustentável Brasileira" não será incluída, pois já está mencionada em iniciativas do Eixo Ambiental. Analisando as sugestões de novas iniciativas, sugere-se uma mudança da redação com foco na elaboração de uma "Política de ASG", que pode estabelecer diretrizes socioambientais, exigindo que fornecedores atendam requisitos mínimos para a sua habilitação após a contratação. Com a política para fornecedores, cria-se a oportunidade de que algumas iniciativas da ENCP indiquem metas a serem cumpridas pelos fornecedores.
<b>S3.1.2</b>	Reconhecer e promover exemplos de boas práticas de ASG em contratações públicas	<b>Reconhecer, promover e replicar exemplos de boas práticas de ASG (Ambiental, Social e Governança) em contratações públicas</b>	Acréscimo da descrição da sigla para evitar dúvidas e do termo "replicar" para garantir a implementação das boas práticas
<b>S3.1.3</b>	Estruturar mecanismos de incentivo destinados a empresas com práticas de responsabilidade social	<b>Estruturar mecanismos de incentivo destinados aos fornecedores com práticas de responsabilidade social</b>	Embora o termo "empresa" seja muito utilizado, ele não abrange pessoas jurídicas sem fins lucrativos como associações e fundações. Por isso, sugere-se a alteração para o termo "fornecedor" que é mais abrangente. Menção à "Taxonomia Sustentável Brasileira" não será incluída, pois já está mencionada em iniciativas do Eixo Ambiental.
<b>S3.1.4</b>	Reconhecer e promover exemplos de boas práticas de ASG em contratações públicas		EXCLUIR. Redação igual à iniciativa S3.1.2

**Tabela 10.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico S3

## C.2.2) Análise das sugestões de novas iniciativas

O Eixo Social recebeu **28 sugestões de novas iniciativas**, sendo que **1 delas** apresentou elementos novos que contribuem com o atendimento dos 3 Objetivos estratégicos e **foi incorporada à iniciativa S2.1.4**, como apresentado na Tabela 8.

Cód I	Nova iniciativa	Análise das sugestões
S2.1.4	<b>Ampliar o percentual de negócios liderados por mulheres, pessoas negras e de grupos sub-representados contratados pela administração pública, por meio de programa de capacitação, simplificação de exigências e uso progressivo de incentivos</b>	A proposta serve como complemento da iniciativa “S2.1.4 Ampliar o percentual de negócios de mulheres e pessoas negras contratados pela administração pública” e sugere-se uma fusão com a redação anterior.

**Tabela 11.** Sugestão adicionada à iniciativa S2.1.4 do Eixo Social

No caso das demais sugestões de aprimoramento, que estão disponíveis na íntegra no ANEXO A, na aba “2.3. Adicionar iniciativa”, os principais motivos para não terem sido utilizadas são:

Nº de sugestões NÃO ADICIONADAS	Justificativa - resumo
3 sugestões	Texto incompleto e inconclusivo
7 sugestões	Iniciativa mais apropriada para outro Eixo temático
2 sugestões	Texto com sugestão de atualização da redação do Objetivo estratégico
15 sugestões	Proposta já contemplada em outras iniciativas existentes ou recém adicionadas

**Tabela 12.** Resumo do aprimoramento da redação das iniciativas do Eixo Social

## D) Eixo Ambiental

A partir das 1.701 contribuições enviadas para o Eixo Ambiental, a seguir são apresentados os principais resultados da análise quantitativa sobre as iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, a qualidade da redação e a necessidade de adição de novas iniciativas. Também é apresentada uma análise qualitativa sobre a necessidade do aprimoramento da redação das iniciativas e de inclusão de novas iniciativas para alcançar os objetivos estratégicos da ENCP.

### D.1) Análise quantitativa

Como mencionado anteriormente, os participantes tinham à disposição a oportunidade de responder as seguintes três questões:

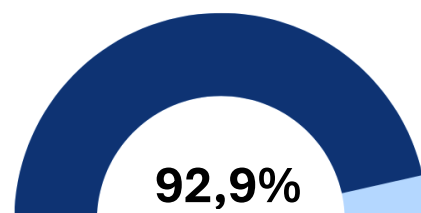
1. “Indique as iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos Objetivos Estratégicos do Eixo? (Selecione até 5 iniciativas)”
2. “Avalie a qualidade da redação das iniciativas do Eixo.”
3. “Indique se há necessidade de adicionar alguma iniciativa para o pleno alcance dos Objetivos Estratégicos do Eixo.”

Dessa forma, optou-se pela apresentação dos principais resultados do Eixo Ambiental seguindo a mesma estrutura. Vale lembrar que a tabulação de todos os dados recebidos pela consulta pública e as análises completas de cada questão estão disponíveis no ANEXO B: “Eixo AMBIENTAL - Tabulação e análises”.

#### D.1.1) Iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos

**118 ou 92,9% dos participantes** enviaram suas contribuições, sendo a iniciativa mais votada a “A1.1.4 Mensurar o ciclo de vida (ACV) dos objetos adquiridos nas compras, contratos e aquisições públicas”, com 56 respostas ou 44,1% dos participantes.

Na Tabela 13, são apresentadas as 2 iniciativas mais votadas por Objetivo, com informações sobre o número de respostas e os percentuais que representam dentro do Eixo Ambiental e no total de participantes, indicado como “% Total”.



Cód OE	Objetivo	Cód I	Iniciativa	Nº de respostas	% Eixo Ambiental	% Total
A1	Promover contratações públicas sustentáveis que priorizem a regeneração do meio ambiente, a economia circular e a inovação em tecnologias limpas	A1.1.4	Mensurar o ciclo de vida (ACV) dos objetos adquiridos nas compras, contratos e aquisições públicas	56	47,5%	44,1%
		A1.3.1	Substituir, nas contratações públicas, matérias-primas poluentes por insumos de menor impacto ambiental ou regenerativos	55	46,6%	43,3%
A2	Incorporar critérios de mitigação, adaptação e resiliência climáticas às contratações públicas, com vistas à sua adequação às políticas de clima e de gestão ambiental e territorial	A2.1.1	Estabelecer requisitos de mitigação climática (redução de GEE) nas licitações conforme a Taxonomia Sustentável Brasileira	24	20,3%	18,9%
		A2.1.2	Regulamentar a aplicação da Taxonomia Sustentável Brasileira nas contratações públicas	23	19,5%	18,1%

<b>A3</b>	Incentivar a contratação pública de soluções da bioindústria e da bioeconomia, com vistas à promoção do uso sustentável dos recursos da natureza, da rastreabilidade ambiental e da inovação biotecnológica	<b>A3.1.5</b>	Priorizar e facilitar o acesso de fornecedores que adotam práticas de agricultura regenerativa, agroecologia ou outras técnicas de agricultura e manejo sustentável em contratos públicos	62	52,5%	<b>48,8%</b>
		<b>A3.1.4</b>	Priorizar produtos e serviços que participem de programas de certificação sustentável vinculados a biomas brasileiros	36	30,5%	<b>28,3%</b>

**Tabela 13.** Iniciativas mais votadas por Objetivos estratégicos do Eixo Ambiental

### D.1.2) Qualidade da redação das iniciativas

Todas as 18 iniciativas do Eixo Ambiental estavam disponíveis para avaliação da qualidade da redação, **o envio de respostas era opcional** e havia 3 opções de resposta:

- d. “A redação da iniciativa está adequada”;
- e. “A iniciativa pode ser excluída”
- f. “A redação da iniciativa não está adequada”.

Quando o participante escolhia a opção “A redação da iniciativa não está adequada”, abria-se um campo de texto para o envio de uma sugestão de aprimoramento da redação. Nas demais opções não havia nenhum campo para justificativa.

Dessa forma, considerando que 127 é o número total de participantes da consulta pública, é possível observar os seguintes resultados quantitativos:

Nº de participantes EIXO SOCIAL	% Total
68 a 80	54% a 63%

Nº de iniciativas EIXO SOCIAL	Adequada	Adequada % Eixo	Adequada % Total
18 (100%)	48 a 74 respostas	70% a 95%	38% a 58%

Nº de iniciativas EIXO SOCIAL	Aprimorar	Aprimorar % Eixo	Aprimorar % Total
15 (83%)	1 a 5 respostas	1% a 7%	1% a 4%

Nº de iniciativas EIXO SOCIAL	Excluir	Excluir % Eixo	Excluir % Total
18 (100%)	3 a 17 respostas	4% a 24%	2% a 13%

**Tabela 14.** Resultado quantitativo agregado sobre a qualidade da redação das iniciativas do Eixo Ambiental

Como nem todos os participantes optaram em avaliar todas as 18 iniciativas, o resultado agregado precisa ser apresentado em intervalos. Dessa forma, entre 68 e 80 participantes enviaram suas contribuições para essa pergunta, o que representa de 54% a 63% do total.

As 18 iniciativas receberam avaliações sobre estarem adequadas e ao mesmo tempo que poderiam ser excluídas. Como não havia um campo de justificativa, não foi possível extrair uma conclusão sobre essa divergência.

Observando as Tabelas 15, 16 e 17 é possível perceber novas contradições, pois as iniciativas **A1.1.3** e **A1.3.1** são consideradas as mais adequadas e também as que mais precisam de aprimoramento da redação. Situação similar ocorre com a iniciativa **A1.1.2** que está entre as mais votadas para ser excluída e para ser aprimorada.

Como as contribuições sugerindo “Excluir” estão com um percentual total muito baixo, nenhuma iniciativa será excluída nessa etapa da avaliação, porém elas receberam uma atenção especial durante a avaliação de aprimoramento da redação.

Cód I	Iniciativa	Nº de respostas	Excluir	Excluir % Eixo	Excluir % Total
<b>A1.1.2</b>	Regulamentar a aplicação de critérios sociais e de sustentabilidade nas contratações públicas	77	15	19,5%	<b>11,8%</b>
<b>A1.2.1</b>	Ingressar e avançar no Green Procurement Pledge da Industrial Deep Decarbonization Initiative (IDDI) / UNIDO	69	17	24,6%	<b>13,4%</b>
<b>A1.3.2</b>	Integrar critérios de reciclabilidade em renovações de contratos e novas contratações públicas	75	10	13,3%	<b>7,9%</b>
<b>A1.3.3</b>	Estabelecer bonificações por desempenho para fornecedores que reduzirem a geração de resíduos e o consumo de água e energia durante o contrato	68	12	17,6%	<b>9,4%</b>
<b>A1.3.4</b>	Integrar ao processo de contratações de edificações e infraestruturas a análise de requisitos de sustentabilidade dos materiais, dos métodos construtivos e das técnicas de execução	78	10	12,8%	<b>7,9%</b>
<b>A3.1.1</b>	Incentivar a contratação de soluções baseadas na bioeconomia e na biotecnologia sustentável	74	10	13,5%	<b>7,9%</b>

**Tabela 15.** Iniciativas mais votadas para exclusão do Eixo Ambiental

Cód I	Iniciativa	Nº de respostas	Adequada	Adequada % Eixo	Adequada % Total
<b>A1.1.3</b>	Incorporar nas contratações públicas critérios de sustentabilidade já estabelecidos em programas de certificação e rotulagem do governo federal	76	69	90,8%	<b>54,3%</b>
<b>A1.3.1</b>	Substituir, nas contratações públicas, matérias-primas poluentes por insumos de menor impacto ambiental ou regenerativos	76	68	89,5%	<b>53,5%</b>

<b>A3.1.2</b>	Expandir a contratações públicas de bioquímicos industriais básicos de origem renovável	76	69	90,8%	<b>54,3%</b>
<b>A3.1.4</b>	Priorizar produtos e serviços que participem de programas de certificação sustentável vinculados a biomas brasileiros	80	74	92,5%	<b>58,3%</b>
<b>A3.1.5</b>	Priorizar e facilitar o acesso de fornecedores que adotam práticas de agricultura regenerativa, agroecologia ou outras técnicas de agricultura e manejo sustentável em contratos públicos	76	72	94,7%	<b>56,7%</b>

**Tabela 16.** Iniciativas mais votadas como redação adequada do Eixo Ambiental

Cód I	Iniciativa	Nº de respostas	Aprimorar	Aprimorar % Eixo	Aprimorar % Total
<b>A1.1.1</b>	Regulamentar a exigência de que o fornecedor demonstre o impacto socioambiental gerado no processo produtivo do bem ou serviço ofertado	75	4	5,3%	<b>3,1%</b>
<b>A1.1.2</b>	Regulamentar a aplicação de critérios sociais e de sustentabilidade nas contratações públicas	77	4	5,2%	<b>3,1%</b>
<b>A1.1.3</b>	Incorporar nas contratações públicas critérios de sustentabilidade já estabelecidos em programas de certificação e rotulagem do governo federal	76	4	5,3%	<b>3,1%</b>
<b>A1.2.1</b>	Ingressar e avançar no Green Procurement Pledge da Industrial Deep Decarbonization Initiative (IDDI) / UNIDO	69	4	5,8%	<b>3,1%</b>
<b>A1.3.1</b>	Substituir, nas contratações públicas, matérias-primas poluentes por insumos de menor impacto ambiental ou regenerativos	76	5	6,6%	<b>3,9%</b>

**Tabela 17.** Iniciativas mais votadas como redação com necessidade de aprimoramento do Eixo Ambiental

### D.1.3) Adição de nova iniciativa

Os participantes analisaram se as iniciativas apresentadas são suficientes para o atendimento dos 3 Objetivos estratégicos do Eixo Ambiental. Dessa forma, é possível observar os seguintes resultados:

Nº de respostas e % Total		SIM atendem Objetivo		NÃO atendem Objetivo		Cód OE	Objetivo estratégico
84	66%	73	87%	11	13%	<b>A1</b>	Promover contratações públicas sustentáveis que priorizem a regeneração do meio ambiente, a economia circular e a inovação em tecnologias limpas
81	64%	70	86%	11	14%	<b>A2</b>	Incorporar critérios de mitigação, adaptação e resiliência climáticas às contratações públicas, com vistas à sua adequação às políticas de clima e de gestão ambiental e territorial

78	61%	72	92%	6	8%	A3	Incentivar a contratação pública de soluções da bioindústria e da bioeconomia, com vistas à promoção do uso sustentável dos recursos da natureza, da rastreabilidade ambiental e da inovação biotecnológica
----	-----	----	-----	---	----	----	---

**Tabela 18.** Resultado geral da contribuição de adição de nova iniciativa no Eixo Ambiental

Quando o participante escolhia a opção “NÃO atende”, abria-se um campo de texto para o envio de uma sugestão de nova iniciativa. Dessa forma, foram enviadas 28 contribuições que serão analisadas a seguir.

## D.2) Revisão das iniciativas e objetivos específicos

### D.2.1) Aprimoramento da redação das iniciativas

Das 18 iniciativas do Eixo Ambiental, **15 ou 83,3%** delas receberam **sugestões de aprimoramento** e que estão disponíveis na íntegra no ANEXO B, na aba “2.2. Redação - sugestões”. A seguir é apresentado um resumo do aprimoramento da redação das iniciativas, sendo que nenhuma iniciativa foi excluída.

Nº de iniciativas ADEQUADA	ADEQUADA % Eixo	Justificativa - resumo
5 iniciativas	28%	Os principais motivos para não incorporar as contribuições foram: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem envio de contribuições de aprimoramento;</li> <li>• Detalhamento da implementação das iniciativas, gerando alteração no escopo da redação e limitando as suas possibilidades de execução;</li> <li>• Sem relação direta com a iniciativa.</li> </ul>
Nº de iniciativas APRIMORADA	APRIMORADA % Eixo	Justificativa - resumo
13 iniciativas	72%	Os principais motivos para os aprimoramentos foram: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alteração ou acréscimos de termos para melhor alinhamento com os demais Eixos temáticos;</li> <li>• Alteração ou acréscimos de termos para atender melhor o escopo proposto para a iniciativa;</li> <li>• Alteração ou acréscimos de termos que sejam tecnicamente mais adequados;</li> <li>• Evitar a obrigatoriedade de contratação em contextos que podem não existir matérias-primas disponíveis;</li> <li>• Descrição de siglas que não sejam de amplo domínio público;</li> <li>• Tradução de termos em inglês;</li> <li>• Alteração da redação para facilitar a compreensão.</li> </ul>

**Tabela 19.** Resumo do aprimoramento da redação das iniciativas do Eixo Ambiental

Nas tabelas 20, 21 e 22 são apresentados detalhes sobre a análise das contribuições enviadas pelos participantes e a redação revisada de cada iniciativa.

Cód I	Iniciativa	Redação revisada	Análise das sugestões
A1.1.1	Regulamentar a exigência de que o fornecedor demonstre o impacto socioambiental gerado no processo produtivo do bem ou serviço ofertado	<b>Regulamentar a exigência de apresentação prévia de contabilidade de impacto socioambiental gerado na produção dos bens e/ou serviços ofertados, além da neutralização de impacto negativo após sua contratação</b>	Iniciativa possui relação direta com as iniciativas S1.1.1, S1.1.2 e S1.1.4 do Eixo Social. Então, sugere-se que sua redação seja adaptada para melhor alinhamento. Por esse motivo, também será incorporada a proposta de "neutralização dos impactos negativos".
A1.1.2	Regulamentar a aplicação de critérios sociais e de sustentabilidade nas contratações públicas		Ok, sem alteração. Sugestões não apresentam elementos que se enquadram na iniciativa.
A1.1.3	Incorporar nas contratações públicas critérios de sustentabilidade já estabelecidos em programas de certificação e rotulagem do governo federal	<b>Incorporar critérios de sustentabilidade de programas de certificação e rotulagem do governo federal nas contratações públicas</b>	Para facilitar a compreensão, sugere-se pequena alteração na redação, mas sem alterar a proposta da iniciativa. Aliás, as sugestões não serão incorporadas justamente por esse motivo, pois propõem a incorporação de todos os tipos de certificação e rotulagem, nacionais e internacionais.
A1.1.4	Mensurar o ciclo de vida (ACV) dos objetos adquiridos nas compras, contratos e aquisições públicas	<b>Elaborar um plano para operacionalizar a mensuração do ciclo de vida (ACV) dos objetos adquiridos nas compras, contratos e aquisições públicas</b>	A mensuração de ACV exige a análise profunda de um conjunto de fases (desenvolvimento, introdução, crescimento, maturidade e declínio). Por isso, sugere-se que seja realizado um planejamento para operacionalizar esse processo e que inicialmente foquem em categorias prioritárias de produtos. De forma complementar, seguem 4 sugestões de ações complementares: A1.1.1 Estabelecer parceria com o Banco Nacional de Inventários do Ciclo de Vida de Produtos Brasileiros (SICV Brasil) A1.1.2 Definir categorias de produtos prioritários para realização de estudo de ciclo de vida (ACV) embasado nas normas ABNT NBR 14025, 14040 e 14044, em parceria com associações setoriais A1.1.3 Disponibilizar resultados dos estudos de ACV junto aos produtos do Catálogo do site Compras.gov.br A1.1.4 Estimular a inclusão de critérios e incentivos para entidades que comprovem iniciativas de circularidade e de neutralização dos impactos negativos de seu produto, apresentados pelo estudo de ACV
A1.1.5	Criar e implementar padrão de passaporte digital de produtos para permitir rastreabilidade e circularidade		OK, sem alteração.
A1.2.1	Ingressar e avançar no Green Procurement Pledge da Industrial Deep Decarbonization Initiative (IDDI) / UNIDO	<b>Ingressar e avançar no Compromisso com compras verdes da Iniciativa para a Descarbonização Profunda da Indústria (IDDI) / UNIDO</b>	Sugestão de tradução dos termos em inglês para português. Lembrando que o Compromisso indica caminhos para a indústria e sua implementação não é imediata, por isso as demais sugestões não foram incorporadas.
A1.3.1	Substituir, nas contratações públicas, matérias-primas poluentes por insumos de menor impacto ambiental ou regenerativos	<b>Priorizar, nas contratações públicas, matérias-primas de menor impacto ambiental ou regenerativas</b>	Considerando que algumas matérias-primas podem não ter ainda como comprovar que são sustentáveis, sugere-se o uso do termo "priorizar" ao invés de "substituir". Demais sugestões tem relação com critérios e operacionalização e por esse motivo não serão incorporadas.

<b>A1.3.2</b>	Integrar critérios de reciclabilidade em renovações de contratos e novas contratações públicas	<b>Estimular a inclusão de critérios e metas de circularidade e de aquisição de produtos reciclados em renovações de contratos e novas contratações públicas</b>	Considerando que algumas regiões do país não possuem cadeia de reciclagem estruturada, sugere-se que seja acrescentado o termo "estimular" no início da frase. Sugere-se a alteração do termo "reciclabilidade" por "circularidade", por tratar-se de um termo mais amplo e que também estimula o consumo consciente de produtos e serviços mais sustentáveis, e a inclusão do termo "metas" para se estabelecer o que deve ser alcançado. Sugere-se também a inclusão da menção da "aquisição de produtos reciclados".
<b>A1.3.3</b>	Estabelecer bonificações por desempenho para fornecedores que reduzirem a geração de resíduos e o consumo de água e energia durante o contrato		Ok, sem alteração. Sugestões propõem formas de operacionalização do processo e por esse motivo não serão incorporadas. Outro lembrete é que as regras para as bonificações poderiam estar mencionadas na "Política de ASG", sugerida na nova redação da iniciativa S3.1.3 do Eixo Social.
<b>A1.3.4</b>	Integrar ao processo de contratações de edificações e infraestruturas a análise de requisitos de sustentabilidade dos materiais, dos métodos construtivos e das técnicas de execução		Ok, sem alteração. Sugestões propõem formas de operacionalização do processo e por esse motivo não serão incorporadas.

**Tabela 20.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico A1

<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Redação revisada</b>	<b>Análise das sugestões</b>
<b>A2.1.1</b>	Estabelecer requisitos de mitigação climática (redução de GEE) nas licitações conforme a Taxonomia Sustentável Brasileira	<b>Estabelecer requisitos de mitigação climática (redução e neutralização de emissões de gases de efeito estufa) nas licitações, conforme a Taxonomia Sustentável Brasileira e a norma ABNT NBR ISO 14068</b>	Sugestão de descrever o termo "GEE" e de acréscimo do termo "neutralização", pois essa situação ideal pode ser possível de ser alcançada em alguns tipos de contratos. Ao acrescentar a "neutralização", sugere-se também a menção do alinhamento à norma ABNT NBR ISO 14068 (Gestão de mudanças climáticas - Transição para emissões líquidas zero)
<b>A2.1.2</b>	Regulamentar a aplicação da Taxonomia Sustentável Brasileira nas contratações públicas	<b>Regulamentar a aplicação da Taxonomia Sustentável Brasileira, certificações e rótulos ecológicos nas contratações públicas</b>	Além da Taxonomia, as certificações e rótulos ecológicos podem possibilitar avanços para a incorporação da sustentabilidade nas contratações públicas, e por esse motivo, estão sendo incorporadas na redação.
<b>A2.2.1</b>	Construir uma calculadora de pegada de carbono no Obrasgov.br, destinada a estimar a quantidade de CO <sub>2</sub> emitida por cada obra a partir de parâmetros técnicos do empreendimento	<b>Construir uma calculadora de pegada de carbono no Obrasgov.br, destinada a estimar a quantidade de CO<sub>2</sub> emitida por cada obra a partir de parâmetros técnicos do empreendimento, alinhada à norma ABNT NBR ISO 14064</b>	Acréscimo de texto mencionando os parâmetros metodológicos para a calculadora vinculados à norma ABNT NBR ISO 14064 (Gases de efeito estufa)

**Tabela 21.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico A2

Cód I	Iniciativa	Redação revisada	Análise das sugestões
A3.1.1	Incentivar a contratação de soluções baseadas na bioeconomia e na biotecnologia sustentável	<b>Estabelecer e ampliar critérios objetivos para seleção e contratação de soluções baseadas na bioeconomia e na biotecnologia sustentável</b>	Termo "incentivar" é um pouco vago, então sugere-se a alteração para "Estabelecer e ampliar critérios objetivos para seleção e contratação"
A3.1.2	Expandir a contratações públicas de bioquímicos industriais básicos de origem renovável	<b>Expandir as contratações públicas de bioquímicos industriais básicos de origem renovável</b>	Alterar "a" para "as", pois trata-se de "contratações" no plural. Quanto a sugestão de "circularidade", o conceito não parece ser tão adequado para a proposta da iniciativa.
A3.1.3	Incentivar a contratação de frota de uso público com biocombustível	<b>Ampliar o percentual da frota de uso público movida à biocombustível, eletricidade, hidrogênio e outras fontes renováveis de energia</b>	Termo "incentivar" é um pouco vago, então sugere-se a alteração para "Ampliar o percentual". Também se sugere o acréscimo de outros exemplos de outras fontes renováveis de energia.
A3.1.4	Priorizar produtos e serviços que participem de programas de certificação sustentável vinculados a biomas brasileiros	<b>Priorizar produtos e serviços que participem de programas de certificação sustentável vinculados à conservação de biomas brasileiros</b>	Acréscimo do termo "à conservação" para complementar o tipo de benefício gerado aos biomas brasileiros pelos programas de certificação.
A3.1.5	Priorizar e facilitar o acesso de fornecedores que adotam práticas de agricultura regenerativa, agroecologia ou outras técnicas de agricultura e manejo sustentável em contratos públicos		OK, sem alteração.

**Tabela 22.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico A3

#### D.2.2) Análise das sugestões de novas iniciativas

O Eixo Ambiental recebeu **28 sugestões de novas iniciativas**, sendo que **3 delas** apresentaram elementos novos que contribuem com o atendimento dos 3 Objetivos estratégicos e **foram incorporadas como novas iniciativas do Plano de ação**, como apresentado na Tabela 23.

Cód I	Nova iniciativa	Análise das sugestões
A1.1.6	<b>Realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para locação de determinadas categorias de produtos</b>	Uma das estratégias para a manutenção está relacionada à locação/assinatura de produtos por tempo determinado, pois em geral já está associado um custo e formas de manutenção preventiva e de reparação. Em geral, esse tipo de serviço possui bom custo e costuma garantir a revenda ou nova locação após a devolução.
A1.3.5	<b>Estimular a inclusão de critérios e incentivos (pontuação técnica, preferência e desempate) para equipamentos com índice de desempenho de eficiência energética classe A ou Ouro dos Selos Procel e Conpet</b>	Tema ainda não foi abordado de forma direta em nenhuma iniciativa. Sugere-se que a redação da iniciativa também cite os Selos de eficiência energética Procel e Conpet, como referência técnica.
A2.1.3	<b>Realizar estudos sobre estratégias de adaptação e resiliência climática para produtos e serviços prioritários nas contratações públicas</b>	O Programa da FGV ( <a href="https://eaesp.fgv.br/centros/centro-estudos-sustentabilidade/projetos/programa-brasileiro-adaptacao">https://eaesp.fgv.br/centros/centro-estudos-sustentabilidade/projetos/programa-brasileiro-adaptacao</a> ) ainda está em fase de estruturação, e por isso não será mencionado na iniciativa. Porém, seus aprendizados podem ser úteis para a nova iniciativa que aborde os "critérios de mitigação, adaptação e resiliência climáticas às contratações públicas" que são mencionados no objetivo A2, mas que ainda não possui nenhuma iniciativa vinculada.

**Tabela 23.** Três novas iniciativas do Eixo Ambiental

No caso das demais sugestões de aprimoramento, que estão disponíveis na íntegra no ANEXO B, na aba “2.3. Adicionar iniciativa”, os principais motivos para não terem sido utilizadas são:

<b>Nº de sugestões NÃO ADICIONADAS</b>	<b>Justificativa - resumo</b>
3 sugestões	Texto incompleto e inconclusivo
3 sugestões	Iniciativa mais apropriada para outro Eixo temático
1 sugestão	Texto com sugestão de atualização da redação do Objetivo estratégico
18 sugestões	Proposta já contemplada em outras iniciativas existentes ou recém adicionadas

**Tabela 24.** Resumo do aprimoramento da redação das iniciativas do Eixo Ambiental

## E) Eixo Econômico

A partir das 1.574 contribuições enviadas para o Eixo Econômico, a seguir são apresentados os principais resultados da análise quantitativa sobre as iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, a qualidade da redação e a necessidade de adição de novas iniciativas. Também é apresentada uma análise qualitativa sobre a necessidade do aprimoramento da redação das iniciativas e de inclusão de novas iniciativas para alcançar os objetivos estratégicos da ENCP.

### E.1) Análise quantitativa

Como mencionado anteriormente, os participantes tinham à disposição a oportunidade de responder as seguintes três questões:

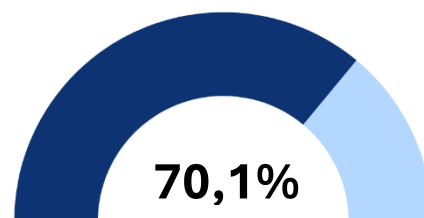
4. “Indique as iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos Objetivos Estratégicos do Eixo? (Selecione até 5 iniciativas)”
5. “Avalie a qualidade da redação das iniciativas do Eixo.”
6. “Indique se há necessidade de adicionar alguma iniciativa para o pleno alcance dos Objetivos Estratégicos do Eixo.”

Dessa forma, optou-se pela apresentação dos principais resultados do Eixo Econômico seguindo a mesma estrutura. Vale lembrar que a tabulação de todos os dados recebidos pela consulta pública e as análises completas de cada questão estão disponíveis no ANEXO C: “Eixo ECONÔMICO - Tabulação e análises”.

#### E.1.1) Iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos

**89 ou 70,1% dos participantes** enviaram suas contribuições, sendo a iniciativa mais votada a “E1.1.3 Incentivar investimentos para contratação de inovação em setores estratégicos para o Estado”, com 46 respostas ou 36,2% dos participantes.

Na Tabela 1, são apresentadas as 2 iniciativas mais votadas por Objetivo estratégico, com informações sobre o número de respostas e os percentuais que representam dentro do Eixo Econômico e no total de participantes, indicado como “% Total”.



Cód OE	Objetivo estratégico	Cód I	Iniciativa	Nº de respostas	% Eixo Econômico	% Total
E1	Incentivar a realização de investimentos estratégicos para a soberania produtiva e tecnológica, o desenvolvimento tecnológico, o adensamento produtivo e a geração de emprego e renda	E1.1.3	Incentivar investimentos para contratação de inovação em setores estratégicos para o Estado	46	51,7%	36,2%
		E1.3.1	Ampliar o uso do mecanismo de margens de preferência, previsto na legislação vigente, para estimular a contratação de produtos e serviços nacionais nas compras públicas	34	38,2%	26,8%
E2	Promover a redução de desigualdades regionais e a desconcentração de renda	E2.1.1	Incentivar a formação de consórcios locais ou regionais, ou com participação de microempresas, para contratações públicas	20	22,5%	15,7%

		<b>E2.1.4</b>	Criar instrumentos e mecanismos para apoiar arranjos regionais de contratações que integrem temas como logística, inspeção, fiscalização e compartilhamento de tecnologias	20	22,5%	<b>15,7%</b>
<b>E3</b>	Ampliar o acesso de microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, negócios locais e negócios de impacto às contratações públicas	<b>E3.1.1</b>	Aumentar, nas licitações, o limite do valor destinado exclusivamente à contratação de MEs e EPPs (hoje 80 mil), bem como o percentual reservado e o percentual para a aquisição de bens de natureza divisível (hoje 12%) (alterar incisos I e III do Art.48 da Lei 123). Visa aumentar tbm o limite para MEI/Contrata+ (hoje R\$12.500)	29	32,6%	<b>22,8%</b>
		<b>E3.1.4</b>	Criar selo “Fornecedor Público” com benefícios e reconhecimento para MEIs, MEs e EPPs	29	32,6%	<b>22,8%</b>

**Tabela 25.** Iniciativas mais votadas por Objetivos estratégicos do Eixo Econômico

### E.1.2) Qualidade da redação das iniciativas

Todas as 22 iniciativas do Eixo Econômico estavam disponíveis para avaliação da qualidade da redação, **o envio de respostas era opcional** e havia 3 opções de resposta:

- g. “A redação da iniciativa está adequada”;
- h. “A iniciativa pode ser excluída”
- i. “A redação da iniciativa não está adequada”.

Quando o participante escolhia a opção “A redação da iniciativa não está adequada”, abria-se um campo de texto para o envio de uma sugestão de aprimoramento da redação. Nas demais opções não havia nenhum campo para justificativa.

Dessa forma, considerando que 127 é o número total de participantes da consulta pública, é possível observar os seguintes resultados quantitativos:

Nº de participantes EIXO ECONÔMICO	% Total
54 a 65	43% a 51%

Nº de iniciativas EIXO ECONÔMICO	Adequada	Adequada % Eixo	Adequada % Total
22 (100%)	39 a 58 respostas	71% a 91%	31% a 46%

Nº de iniciativas EIXO ECONÔMICO	Aprimorar	Aprimorar % Eixo	Aprimorar % Total
21 (95%)	1 a 7 respostas	2% a 12%	1% a 5%

Nº de iniciativas EIXO ECONÔMICO	Excluir	Excluir % Eixo	Excluir % Total
22 (100%)	3 a 12 respostas	5% a 22%	2% a 9%

**Tabela 26.** Resultado quantitativo agregado sobre a qualidade da redação das iniciativas do Eixo Econômico

Como nem todos os participantes optaram em avaliar todas as 22 iniciativas, o resultado agregado precisa ser apresentado em intervalos. Dessa forma, entre 54 e 65 participantes enviaram suas contribuições para essa pergunta, o que representa de 43% a 51% do total.

As 22 iniciativas receberam avaliações sobre estarem adequadas e ao mesmo tempo que poderiam ser excluídas. Como não havia um campo de justificativa, não foi possível extrair uma conclusão sobre essa divergência.

Observando as Tabelas 27, 28 e 29 é possível perceber novas contradições, pois as iniciativas **E1.4.2** e **E3.1.1** são consideradas as mais votadas para serem excluídas e também as que precisam de aprimoramento da redação.

Como as contribuições sugerindo “Excluir” estão com um percentual total muito baixo, nenhuma iniciativa será excluída nessa etapa da avaliação, porém elas receberam uma atenção especial durante a avaliação de aprimoramento da redação.

Cód I	Iniciativa	Nº de respostas	Excluir	Excluir % Eixo	Excluir % Total
<b>E1.1.4</b>	Criar programa de cofinanciamento público-privado para P&D associado a encomendas tecnológicas	61	10	16,4%	<b>7,9%</b>
<b>E1.4.2</b>	Regulamentar que o planejamento das contratações públicas apresente alinhamento às metas da NIB e às cadeias produtivas priorizadas por esta	54	10	18,5%	<b>7,9%</b>
<b>E1.5.1</b>	Regulamentar o uso de índices de industrialização em complexidade produtiva e tecnológica como critério de bonificação nas contratações públicas com aplicação gradual por setores estratégicos	55	12	21,8%	<b>9,4%</b>
<b>E2.1.2</b>	Regulamentar cotas regionais de preferência para produtos e serviços	59	12	20,3%	<b>9,4%</b>
<b>E3.1.1</b>	Aumentar, nas licitações, o limite do valor destinado exclusivamente à contratação de MEs e EPPs (hoje 80 mil), bem como o percentual reservado e o percentual para a aquisição de bens de natureza divisível (hoje 12%) (alterar incisos I e III do Art.48 da Lei 123). Visa aumentar tbm o limite para MEI/Contrata+ (hoje R\$12.500)	60	10	16,7%	<b>7,9%</b>
<b>E3.1.2</b>	Aprimorar o Programa Antecipagov de antecipação de recebíveis para fornecedores de contratos públicos	57	10	17,5%	<b>7,9%</b>

<b>E3.1.3</b>	Aprimorar o Programa Credi +	58	10	17,2%	<b>7,9%</b>
<b>E3.1.5</b>	Criar o Programa de Pronto Pagamento	59	11	18,6%	<b>8,7%</b>

**Tabela 27.** Iniciativas mais votadas para exclusão do Eixo Econômico

<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>Adequada</b>	<b>Adequada % Eixo</b>	<b>Adequada % Total</b>
<b>E1.1.1</b>	Orientar fundos de fomento já existentes (ex: FNDCT e FNDIT) para o financiamento de contratação pública de inovação	61	54	88,5%	<b>42,5%</b>
<b>E1.1.3</b>	Incentivar investimentos para contratação de inovação em setores estratégicos para o Estado	64	58	90,6%	<b>45,7%</b>
<b>E1.3.2</b>	Regulamentar os critérios de verificação da origem de produtos e serviços com conteúdo nacional	65	57	87,7%	<b>44,9%</b>
<b>E1.4.3</b>	Incentivar a criação de polos produtivos em alinhamento com o potencial industrial local e as demandas de contratações públicas	63	56	88,9%	<b>44,1%</b>
<b>E2.1.1</b>	Incentivar a formação de consórcios locais ou regionais, ou com participação de microempresas, para contratações públicas	60	53	88,3%	<b>41,7%</b>
<b>E2.1.4</b>	Criar instrumentos e mecanismos para apoiar arranjos regionais de contratações que integrem temas como logística, inspeção, fiscalização e compartilhamento de tecnologias	60	53	88,3%	<b>41,7%</b>

**Tabela 28.** Iniciativas mais votadas como redação adequada do Eixo Econômico

<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>Aprimorar</b>	<b>Aprimorar % Eixo</b>	<b>Aprimorar % Total</b>
<b>E1.1.5</b>	Incentivar que fundos de investimento públicos e privados que destinem parte dos seus recursos para financiamento de produtos com conteúdo nacional, quando o projeto financiado for objeto de concessão ou permissão pública	58	5	8,6%	<b>3,9%</b>
<b>E1.1.6</b>	Instituir programa de pré-compra garantida para setores estratégicos	60	5	8,3%	<b>3,9%</b>
<b>E1.4.2</b>	Regulamentar que o planejamento das contratações públicas apresente alinhamento às metas da NIB e às cadeias produtivas priorizadas por esta	54	5	9,3%	<b>3,9%</b>

<b>E3.1.1</b>	Aumentar, nas licitações, o limite do valor destinado exclusivamente à contratação de MEs e EPPs (hoje 80 mil), bem como o percentual reservado e o percentual para a aquisição de bens de natureza divisível (hoje 12%) (alterar incisos I e III do Art.48 da Lei 123). Visa aumentar tbm o limite para MEI/Contrata+ (hoje R\$12.500)	60	7	11,7%	<b>5,5%</b>
---------------	---	----	---	-------	-------------

**Tabela 29.** Iniciativas mais votadas como redação com necessidade de aprimoramento do Eixo Econômico

### E.1.3) Adição de nova iniciativa

Os participantes analisaram se as iniciativas apresentadas são suficientes para o atendimento dos 3 Objetivos estratégicos do Eixo Econômico. Dessa forma, é possível observar os seguintes resultados:

Nº de respostas e % Total	SIM		NÃO		Cód OE	Objetivo estratégico
	atendem Objetivo		atendem Objetivo			
63 50%	43 68%		20 32%		<b>E1</b>	Incentivar a realização de investimentos estratégicos para a soberania produtiva e tecnológica, o desenvolvimento tecnológico, o adensamento produtivo e a geração de emprego e renda
55 43%	46 84%		9 16%		<b>E2</b>	Promover a redução de desigualdades regionais e a desconcentração de renda
63 50%	57 90%		6 10%		<b>E3</b>	Ampliar o acesso de microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, negócios locais e negócios de impacto às contratações públicas

**Tabela 30.** Resultado geral da contribuição de adição de nova iniciativa no Eixo Econômico

Quando o participante escolhia a opção “NÃO atende”, abria-se um campo de texto para o envio de uma sugestão de nova iniciativa. Dessa forma, foram enviadas 35 contribuições que serão analisadas a seguir.

## E.2) Revisão das iniciativas e objetivos específicos

### E.2.1) Aprimoramento da redação das iniciativas

Das 22 iniciativas do Eixo Econômico, **21 ou 95,4%** delas receberam **sugestões de aprimoramento** e que estão disponíveis na íntegra no ANEXO C, na aba “2.2. Redação - sugestões”. A seguir é apresentado um resumo do aprimoramento da redação das iniciativas.

Nº de iniciativas ADEQUADA	ADEQUADA % Eixo	Justificativa - resumo
8 iniciativas	36%	Os principais motivos para não incorporar as contribuições foram: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem envio de contribuições de aprimoramento;</li> <li>• Detalhamento da implementação das iniciativas, gerando alteração no escopo da redação e limitando as suas possibilidades de execução;</li> <li>• Escopo já contemplado por outra iniciativa;</li> <li>• Sem relação direta com a iniciativa.</li> </ul>
Nº de iniciativas APRIMORADA	APRIMORADA % Eixo	Justificativa - resumo
12 iniciativas	55%	Os principais motivos foram: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alteração ou acréscimos de termos para atender melhor o escopo proposto para a iniciativa;</li> <li>• Alteração ou acréscimos de termos que sejam tecnicamente mais adequados;</li> <li>• Descrição de siglas que não sejam de amplo domínio público;</li> <li>• Alteração da redação para facilitar a compreensão;</li> <li>• Complementação da redação com breve descrição do objetivo de programas do governo federal para orientar o escopo da iniciativa.</li> </ul>
Nº de iniciativas EXCLUÍDA	EXCLUÍDA % Eixo	Justificativa - resumo
2 iniciativas	9%	Os principais motivos foram: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Escopo já contemplado por outra iniciativa.</li> </ul>

**Tabela 31.** Resumo do aprimoramento da redação das iniciativas do Eixo Econômico

Nas tabelas 32, 33 e 34 são apresentados detalhes sobre a análise das contribuições enviadas pelos participantes e a redação revisada de cada iniciativa.

Cód I	Iniciativa	Redação revisada	Análise das sugestões
E1.1.1	Orientar fundos de fomento já existentes (ex: FNDCT e FNDIT) para o financiamento de contratação pública de inovação	<b>Articular com fundos nacionais de fomento como FNDCT e FNDIT, o financiamento de inovação em produtos e serviços que atendam demandas das contratações públicas sustentáveis</b>	O FNDCT e o FNDIT têm desenvolvido Programas específicos de fomento para a sustentabilidade, como o MOVER ( <a href="https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/fundo-para-projetos-de-desenvolvimento-industrial-ja-esta-em-operacao">https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/fundo-para-projetos-de-desenvolvimento-industrial-ja-esta-em-operacao</a> ) e o FINEP Mais Inovação Brasil ( <a href="http://www.finep.gov.br/chamadas-publicas/chamadapublica/777">http://www.finep.gov.br/chamadas-publicas/chamadapublica/777</a> ). Dessa forma, sugere-se que seja realizada articulação para que esses Programas e outros futuros possam financiar as demandas de inovação em produtos e serviços para as contratações públicas

E1.1.2	Expandir, divulgar e aprimorar instrumentos financeiros para fornecedores nas compras públicas contemplando garantias, antecipação de recebíveis, crédito de produção, capital de giro e adiantamento, entre outros		OK, sem revisão. Sobre as sugestões: micro e pequenas empresas, startups e empresas inovadoras serão contempladas no Objetivo E3. E as licitações públicas já possuem instrumentos de segurança para o fornecimento dos produtos e serviços.
E1.1.3	Incentivar investimentos para contratação de inovação em setores estratégicos para o Estado	<b>Incentivar investimentos para contratação de soluções inovadoras nacionais em setores estratégicos para o Estado</b>	Embasado na Lei Complementar nº 182/2021, que aborda o Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI) e no trecho "investimentos estratégicos para a soberania produtiva e tecnológica" do Objetivo E1, sugere-se a troca do termo "inovação" para "soluções inovadoras nacionais", o que pode dar mais clareza sobre o tipo de contratação.
E1.1.4	Criar programa de cofinanciamento público-privado para P&D associado a encomendas tecnológicas	<b>Criar programa de cofinanciamento público-privado para pesquisa e desenvolvimento associado a encomendas tecnológicas</b>	Sugere-se o uso do termo completo "pesquisa e desenvolvimento" ou invés da sigla "P&D"
E1.1.5	Incentivar que fundos de investimento públicos e privados que destinem parte dos seus recursos para financiamento de produtos com conteúdo nacional, quando o projeto financiado for objeto de concessão ou permissão pública	<b>Em projetos de concessão ou permissão pública financiados por fundos de investimento público ou privado, incentivar que um percentual mínimo do financiamento seja alocado em produtos com conteúdo nacional</b>	Para facilitar a compreensão da iniciativa, sugere-se que o contexto seja apresentado primeiro, ou seja, "em projetos de concessão ou permissão pública financiados por fundos de investimento". Sugere-se também a substituição dos termos "parte" por "percentual mínimo".
E1.1.6	Instituir programa de pré-compra garantida para setores estratégicos		Ok, sem revisão. Sugestões trazem indicações para o detalhamento do programa, do conceito de pré-compra e dos setores estratégicos.
E1.2.1	Regulamentar a aplicação de medidas compensatórias ou contrapartidas em contratos de grande vulto		EXCLUIR. Já contemplada pela iniciativa "A1.1.1 Regulamentar a exigência de apresentação prévia de contabilidade de impacto socioambiental gerado na produção dos bens e/ou serviços ofertados, além da neutralização de impacto negativo após sua contratação" do Eixo Ambiental.
E1.3.1	Ampliar o uso do mecanismo de margens de preferência, previsto na legislação vigente, para estimular a contratação de produtos e serviços nacionais nas compras públicas		Ok, sem revisão. A aplicação da margem de preferência no âmbito da administração pública já possui regulamentação (DECRETO Nº 11.890, DE 22 DE JANEIRO DE 2024)
E1.3.2	Regulamentar os critérios de verificação da origem de produtos e serviços com conteúdo nacional		Ok, sem revisão. Sugestões trazem indicações para o detalhamento da regulamentação e dos critérios.
E1.4.1	Integrar a política de compras às iniciativas de adensamento de cadeias produtivas		Ok, sem revisão. Sugestões trazem indicações para a execução da integração.
E1.4.2	Regulamentar que o planejamento das contratações públicas apresente alinhamento às metas da NIB e às cadeias produtivas priorizadas por esta	<b>Regulamentar que as contratações públicas apresentem alinhamento às metas do programa Nova Indústria Brasil e às suas cadeias produtivas priorizadas</b>	Acréscimo da descrição da sigla NIB para evitar dúvidas e pequenos ajustes na redação.
E1.4.3	Incentivar a criação de polos produtivos em alinhamento com o potencial industrial local e as demandas de contratações públicas		Ok, sem revisão. Sugestão traz outro foco para iniciativa, como a consolidação dos polos já existentes.

E1.5.1	Regulamentar o uso de índices de industrialização em complexidade produtiva e tecnológica como critério de bonificação nas contratações públicas com aplicação gradual por setores estratégicos	<b>Regulamentar o uso de índices de industrialização nacional em complexidade produtiva e tecnológica como critério de bonificação nas contratações públicas com aplicação gradual por setores estratégicos.</b>	Sugestão de acréscimo do termo "nacional" como complemento da "industrialização". Demais sugestões trazem indicações para o detalhamento para os critérios.
--------	---	--	--

**Tabela 32.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico E1

Cód I	Iniciativa	Redação revisada	Análise das sugestões
E2.1.1	Incentivar a formação de consórcios locais ou regionais, ou com participação de microempresas, para contratações públicas	<b>Incentivar a formação de consórcios locais ou regionais, compostos por MEs, EPPs, cooperativas e associações, para participação em licitações públicas.</b>	Sugestão de complementação na composição dos consórcios com o acréscimo de EPPs, cooperativas e associações
E2.1.2	Regulamentar cotas regionais de preferência para produtos e serviços		Ok, sem revisão. Sugestões não se enquadram na iniciativa.
E2.1.3	Regulamentar a avaliação de impacto regional de contratações públicas de grande vulto		EXCLUIR. Já contemplada pela iniciativa "A1.1.1 Regulamentar a exigência de apresentação prévia de contabilidade de impacto socioambiental gerado na produção dos bens e/ou serviços ofertados, além da neutralização de impacto negativo após sua contratação" do Eixo Ambiental.
E2.1.4	Criar instrumentos e mecanismos para apoiar arranjos regionais de contratações que integrem temas como logística, inspeção, fiscalização e compartilhamento de tecnologias		Ok, sem revisão

**Tabela 33.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico E2

Cód I	Iniciativa	Redação revisada	Análise das sugestões
E3.1.1	Aumentar, nas licitações, o limite do valor destinado exclusivamente à contratação de MEs e EPPs (hoje 80 mil), bem como o percentual reservado e o percentual para a aquisição de bens de natureza divisível (hoje 12%) (alterar incisos I e III do Art.48 da Lei 123). Visa aumentar tbm o limite para MEI/Contrata+ (hoje R\$12.500)	<b>Aumentar, nas licitações, o limite do valor destinado exclusivamente à contratação de MEIs, MEs e EPPs</b>	Sugestão de divisão da redação em 2 iniciativas (E3.1.1 e E3.1.6)
E3.1.2	Aprimorar o Programa Antecipagov de antecipação de recebíveis para fornecedores de contratos públicos	<b>Aprimorar o Programa AntecipaGov com foco na antecipação de pagamento de contratos públicos para MEIs, MEs e EPPs</b>	Sugestão de revisão da redação, utilizando termos do próprio site do Programa ( <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/antecipagov">https://www.gov.br/compras/pt-br/antecipagov</a> ) e com foco nas MEIs, MEs e EPPs
E3.1.3	Aprimorar o Programa Credi +	<b>Aprimorar o Programa Credi + com foco na simplificação do acesso a produtos e serviços financeiros para os pequenos negócios</b>	Sugestão de complementação com descrição do Programa, com redação do próprio site ( <a href="https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/servicos-para-mei/solucoes-financeiras-para-o-seu-negocio-credmei">https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/servicos-para-mei/solucoes-financeiras-para-o-seu-negocio-credmei</a> )

<b>E3.1.4</b>	Criar selo “Fornecedor Público” com benefícios e reconhecimento para MEIs, MEs e EPPs		Ok, sem revisão. Sugestões trazem indicações para o detalhamento da regulamentação do Selo
<b>E3.1.5</b>	Criar o Programa de Pronto Pagamento	<b>Criar o Programa de Pronto Pagamento para contratações públicas de negócios locais ou de impacto</b>	Complementação da redação da iniciativa indicando o público do Programa, como indicado no Objetivo E3 (“negócios locais e negócios de impacto”)
<b>E3.1.6</b>		<b>Aumentar, nas licitações, o limite do percentual reservado para a aquisição de bens de natureza divisível fornecidos por MEIs, MEs e EPPs</b>	Nova iniciativa, originada do desmembramento da redação da iniciativa E3.1.1

**Tabela 34.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico E3

### E.2.2) Análise das sugestões de novas iniciativas

O Eixo Econômico recebeu **35 sugestões de novas iniciativas**, porém nenhuma delas apresentou elementos novos que contribuem com o atendimento dos 3 Objetivos estratégicos, e por esse motivo nenhuma das sugestões enviadas pelos participantes foi incorporada ao Plano de ação.

Porém, durante a revisão das iniciativas já existentes, a redação da iniciativa E3.1.1 estava muito extensa e continha elementos suficientes para desmembrá-la em uma nova iniciativa. Dessa forma, **foi incorporada ao Plano de ação com o Código E3.1.6**, como apresentado na Tabela 35.

<b>Cód I</b>	<b>Nova iniciativa</b>	<b>Análise das sugestões</b>
<b>E3.1.6</b>	<b>Aumentar, nas licitações, o limite do percentual reservado para a aquisição de bens de natureza divisível fornecidos por MEIs, MEs e EPPs</b>	Nova iniciativa, originada do desmembramento da redação da iniciativa E3.1.1

**Tabela 35.** Sugestão adicionada como nova iniciativa E3.1.6 do Eixo Econômico

No caso das demais sugestões de aprimoramento, que estão disponíveis na íntegra no ANEXO C, na aba “2.3. Adicionar iniciativa”, os principais motivos para não terem sido utilizadas são:

<b>Nº de sugestões NÃO ADICIONADAS</b>	<b>Justificativa - resumo</b>
11 sugestões	Texto incompleto e inconclusivo
7 sugestões	Iniciativa mais apropriada para outro Eixo temático
4 sugestões	Texto com sugestão de atualização da redação do Objetivo estratégico
11 sugestões	Proposta já contemplada em outras iniciativas existentes ou recém adicionadas
1 sugestão	Sem vínculo direto com contratações públicas
1 sugestão	Escopo muito específico para apoiar setores estratégicos

**Tabela 36.** Resumo do aprimoramento da redação das iniciativas do Eixo Econômico

## F) Eixo Gestão

A partir das 5.680 contribuições enviadas para o Eixo Gestão, a seguir são apresentados os principais resultados da análise quantitativa sobre as iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, a qualidade da redação e a necessidade de adição de novas iniciativas. Também é apresentada uma análise qualitativa sobre a necessidade do aprimoramento da redação das iniciativas e de inclusão de novas iniciativas para alcançar os objetivos estratégicos da ENCP.

### F.1) Análise quantitativa

Como mencionado anteriormente, os participantes tinham à disposição a oportunidade de responder as seguintes três questões:

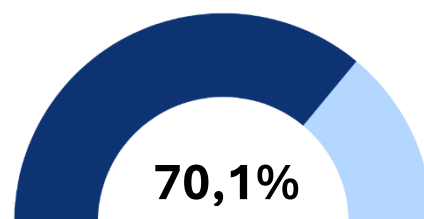
1. “Indique as iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos Objetivos Estratégicos do Eixo? (Selecione até 5 iniciativas)”
2. “Avalie a qualidade da redação das iniciativas do Eixo.”
3. “Indique se há necessidade de adicionar alguma iniciativa para o pleno alcance dos Objetivos Estratégicos do Eixo.”

Dessa forma, optou-se pela apresentação dos principais resultados do Eixo Gestão seguindo a mesma estrutura. Vale lembrar que a tabulação de todos os dados recebidos pela consulta pública e as análises completas de cada questão estão disponíveis no ANEXO D: “Eixo GESTÃO - Tabulação e análises”.

#### F.1.1) Iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos

**89 ou 70,1% dos participantes** enviaram suas contribuições, sendo a iniciativa mais votada a “G1.2.1 Incentivar a unificação de orientações jurídicas entre AGU, PGEs, PGMs, MPs e TCs sobre contratações públicas”, com 33 respostas ou 26% dos participantes.

Na Tabela 37, são apresentadas as 2 iniciativas mais votadas por Objetivo estratégico, com informações sobre o número de respostas e os percentuais que representam dentro do Eixo Gestão e no total de participantes, indicado como “% Total”.



Cód OE	Objetivo estratégico	Cód I	Iniciativa	Nº de respostas	% Eixo Gestão	% Total
G1	Promover a articulação dos entes federativos e entre políticas públicas federais para tornar o uso do poder de compra da administração pública instrumento integrado de desenvolvimento	G1.2.1	Incentivar a unificação de orientações jurídicas entre AGU, PGEs, PGMs, MPs e TCs sobre contratações públicas	33	37,1%	26,0%
		G1.1.1	Articular a adesão de entes federativos, ministérios, estatais e setor privado à ENCP	32	36,0%	25,2%
G2	Incentivar a contratação de soluções inovadoras, a partir do uso eficaz dos instrumentos destinados à inovação previstos na legislação vigente	G2.1.3	Criar plataforma nacional de desafios públicos para divulgar demandas, promover cooperação interfederativa e facilitar o desenvolvimento e a adoção de soluções pelo mercado e pelos órgãos públicos	25	28,1%	19,7%

		<b>G2.1.7</b>	Incentivar contratações de inovação que mitiguem ou reduzam o impacto socioambiental de produtos e serviços, com foco em circularidade	21	23,6%	<b>16,5%</b>
<b>G3</b>	Aprimorar a eficiência das contratações públicas	<b>G3.2.4</b>	Implantar iniciativas de gestão de logística reversa e rastreabilidade de insumos, embalagens e resíduos nas entregas de contratos públicos	17	19,1%	<b>13,4%</b>
		<b>G3.2.1</b>	Criar estratégias para reduzir a dependência estrangeira nas contratações públicas (análise de risco estratégico)	16	18,0%	<b>12,6%</b>
<b>G4</b>	Promover o uso de dados e informações como subsídio à tomada de decisão sobre contratações públicas	<b>G4.2.4</b>	Criar laboratório de dados abertos, promovendo desafios, hackathons e cooperação entre universidades e governo	14	15,7%	<b>11,0%</b>
		<b>G4.5.3</b>	Coordenar a publicação dos dados de notas fiscais eletrônicas referentes a contratações públicas para fins de transparência ativa	14	15,7%	<b>11,0%</b>
<b>G5</b>	Modernizar os sistemas de contratações públicas por meio da digitalização e da inovação tecnológica	<b>G5.3.1</b>	Aprimorar as plataformas digitais de compras públicas, ampliando os canais de interação direta entre governo e fornecedores e integrando informações sobre capacitação, habilitação e reconhecimento	12	13,5%	<b>9,4%</b>
		<b>G5.1.4</b>	Disponibilizar assistente virtual com inteligência artificial para apoio à elaboração, revisão e conformidade de documentos de compras	10	11,2%	<b>7,9%</b>
<b>G6</b>	Estruturar política de capacitação, qualificação e formação contínua em contratações públicas para fornecedores e servidores públicos	<b>G6.1.1</b>	Promover a formação de servidores públicos em contratações públicas sustentáveis	32	36,0%	<b>25,2%</b>
		<b>G6.1.7</b>	Criar banco de talentos de servidores especializados em contratações públicas para subsidiar ações de capacitação, mobilidade e alocação de profissionais	19	21,3%	<b>15,0%</b>
<b>G7</b>	Ampliar e fortalecer os canais e mecanismos de diálogo com o mercado, com vistas à ampliação do acesso às contratações públicas	<b>G7.4.2</b>	Simplificar o processo de habilitação de fornecedores em contratações públicas	11	12,4%	<b>8,7%</b>
		<b>G7.4.6</b>	Promover a busca ativa de fornecedores nacionais para contratações públicas	11	12,4%	<b>8,7%</b>

**Tabela 37.** Iniciativas mais votadas por Objetivos estratégicos do Eixo Gestão

### F.1.2) Qualidade da redação das iniciativas

Todas as 99 iniciativas do Eixo Gestão estavam disponíveis para avaliação da qualidade da redação, **o envio de respostas era opcional** e havia 3 opções de resposta:

- j. “A redação da iniciativa está adequada”;
- k. “A iniciativa pode ser excluída”
- l. “A redação da iniciativa não está adequada”.

Quando o participante escolhia a opção “A redação da iniciativa não está adequada”, abria-se um campo de texto para o envio de uma sugestão de aprimoramento da redação. Nas demais opções não havia nenhum campo para justificativa.

Dessa forma, considerando que 127 é o número total de participantes da consulta pública, é possível observar os seguintes resultados quantitativos:

Nº de participantes EIXO GESTÃO	% Total
47 a 60	37% a 47%

Nº de iniciativas EIXO GESTÃO	Adequada	Adequada % Eixo	Adequada % Total
99 (100%)	39 a 55 respostas	76% a 98%	30% a 43%

Nº de iniciativas EIXO GESTÃO	Aprimorar	Aprimorar % Eixo	Aprimorar % Total
68 (69%)	1 a 4 respostas	2% a 8%	1% a 3%

Nº de iniciativas EIXO GESTÃO	Excluir	Excluir % Eixo	Excluir % Total
98 (99%)	1 a 11 respostas	2% a 20%	1% a 9%

**Tabela 38.** Resultado quantitativo agregado sobre a qualidade da redação das iniciativas do Eixo Gestão

Como nem todos os participantes optaram em avaliar todas as 99 iniciativas, o resultado agregado precisa ser apresentado em intervalos. Dessa forma, entre 47 e 60 participantes enviaram suas contribuições para essa pergunta, o que representa de 37% a 47% do total.

Praticamente todas as 99 iniciativas receberam avaliações sobre estarem adequadas e ao mesmo tempo que poderiam ser excluídas. Como não havia um campo de justificativa, não foi possível extrair uma conclusão sobre essa divergência.

Como as contribuições sugerindo “Excluir” estão com um percentual total muito baixo, nenhuma iniciativa será excluída nessa etapa da avaliação, porém elas receberam uma atenção especial durante a avaliação de aprimoramento da redação.

Cód I	Iniciativa	Nº de respostas	Excluir	Excluir % Eixo	Excluir % Total
<b>G1.1.6</b>	Criar "Área Temática de Compras" na Rede de Parcerias	51	10	19,6%	<b>7,9%</b>
<b>G2.1.6</b>	Criar sandbox regulatório em contratações públicas, com ambientes controlados para testar modelos inovadores com salvaguardas jurídicas	52	10	19,2%	<b>7,9%</b>
<b>G2.4.2</b>	Criar maratona de Ciências Comportamentais para Contrata+	54	11	20,4%	<b>8,7%</b>
<b>G3.3.1</b>	Adotar nos modelos contratuais linguagem simplificada e acessível para MEs e EPPs	52	8	15,4%	<b>6,3%</b>

<b>G5.2.3</b>	Desenvolver módulo de simulação de cenários e projeção de impactos para compras sustentáveis, integrado às etapas de planejamento	53	8	15,1%	<b>6,3%</b>
---------------	---	----	---	-------	-------------

**Tabela 39.** Iniciativas mais votadas para exclusão do Eixo Gestão

<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>Adequada</b>	<b>Adequada % Eixo</b>	<b>Adequada % Total</b>
<b>G3.2.3</b>	Propor regramento para contratações públicas em situações de medidas de exceção, emergência ou calamidade	56	53	94,6%	<b>41,7%</b>
<b>G3.2.4</b>	Implantar iniciativas de gestão de logística reversa e rastreabilidade de insumos, embalagens e resíduos nas entregas de contratos públicos	55	53	96,4%	<b>41,7%</b>
<b>G5.1.1</b>	Criar módulo do Contratos.gov.br para contratos por desempenho, com metas, monitoramento contínuo e pagamentos vinculados a resultados	58	54	93,1%	<b>42,5%</b>
<b>G5.1.3</b>	Implantar módulo nacional de gestão de riscos contratuais, com alertas automáticos, controle de prazos e geração de relatórios em tempo real	56	53	94,6%	<b>41,7%</b>
<b>G6.1.5</b>	Disponibilizar material com orientações técnicas e normativas padronizadas para gestores	57	55	96,5%	<b>43,3%</b>
<b>G6.1.7</b>	Criar banco de talentos de servidores especializados em contratações públicas para subsidiar ações de capacitação, mobilidade e alocação de profissionais	54	53	98,1%	<b>41,7%</b>

**Tabela 40.** Iniciativas mais votadas como redação adequada do Eixo Gestão

<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>Aprimorar</b>	<b>Aprimorar % Eixo</b>	<b>Aprimorar % Total</b>
<b>G6.1.14</b>	Instituir função gratificada específica para pregoeiros e agentes de contratação, reconhecendo a complexidade e a responsabilidade dessas atividades	50	4	8,0%	<b>3,1%</b>
<b>G6.2.1</b>	Criar plataforma de capacitação digital contínua para agentes de contratação e fornecedores, com cursos gamificados e certificação automática	52	4	7,7%	<b>3,1%</b>
<b>G7.1.1</b>	Criar mecanismos de preparação de fornecedores para atender à demanda estatal	52	4	7,7%	<b>3,1%</b>

**Tabela 41.** Iniciativas mais votadas como redação com necessidade de aprimoramento do Eixo Gestão

### F.1.3) Adição de nova iniciativa

Os participantes analisaram se as iniciativas apresentadas são suficientes para o atendimento dos 7 Objetivos estratégicos do Eixo Gestão. Dessa forma, é possível observar os seguintes resultados:

Nº de respostas e % Total	SIM atendem Objetivo	NÃO atendem Objetivo	Cód OE	Objetivo estratégico
52 41%	48 92%	4 8%	G1	Promover a articulação dos entes federativos e entre políticas públicas federais para tornar o uso do poder de compra da administração pública instrumento integrado de desenvolvimento
53 42%	48 91%	5 9%	G2	Incentivar a contratação de soluções inovadoras, a partir do uso eficaz dos instrumentos destinados à inovação previstos na legislação vigente
52 41%	47 90%	5 10%	G3	Aprimorar a eficiência das contratações públicas
48 38%	45 94%	3 6%	G4	Promover o uso de dados e informações como subsídio à tomada de decisão sobre contratações públicas
52 41%	50 96%	2 4%	G5	Modernizar os sistemas de contratações públicas por meio da digitalização e da inovação tecnológica
51 40%	46 90%	5 10%	G6	Estruturar política de capacitação, qualificação e formação contínua em contratações públicas para fornecedores e servidores públicos
50 39%	46 92%	4 8%	G7	Ampliar e fortalecer os canais e mecanismos de diálogo com o mercado, com vistas à ampliação do acesso às contratações públicas

**Tabela 42.** Resultado geral da contribuição de adição de nova iniciativa no Eixo Gestão

Quando o participante escolhia a opção “NÃO atende”, abria-se um campo de texto para o envio de uma sugestão de nova iniciativa. Dessa forma, foram enviadas 28 contribuições que serão analisadas a seguir.

## F.2) Revisão das iniciativas e objetivos específicos

### F.2.1) Aprimoramento da redação das iniciativas

Das 99 iniciativas do Eixo Gestão, **68 ou 69%** delas receberam **sugestões de aprimoramento** e que estão disponíveis na íntegra no ANEXO D, na aba “2.2. Redação - sugestões”. A seguir é apresentado um resumo do aprimoramento da redação das iniciativas.

Nº de iniciativas ADEQUADA	ADEQUADA % Eixo	Justificativa - resumo
63 iniciativas	64%	Os principais motivos para não incorporar as contribuições foram: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem envio de contribuições de aprimoramento;</li> <li>• Detalhamento da implementação das iniciativas, gerando alteração no escopo da redação e limitando as suas possibilidades de execução;</li> <li>• Siglas de amplo conhecimento público, sem necessidade de descrição;</li> <li>• Sem relação direta com a iniciativa.</li> </ul>

Nº de iniciativas APRIMORADA	APRIMORADA % Eixo	Justificativa - resumo
33 iniciativas	33%	Os principais motivos foram: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição de siglas que não sejam de amplo domínio público;</li> <li>• Alteração ou acréscimos de termos para atender melhor o escopo proposto para a iniciativa;</li> <li>• Alteração ou acréscimos de termos que sejam tecnicamente mais adequados;</li> <li>• Alteração da redação para facilitar a compreensão.</li> </ul>

Nº de iniciativas EXCLUÍDA	EXCLUÍDA % Eixo	Justificativa - resumo
3 iniciativas	3%	Os principais motivos foram: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Escopo já contemplado por outra iniciativa;</li> <li>• Redação idêntica entre iniciativas.</li> </ul>

**Tabela 43.** Resumo do aprimoramento da redação das iniciativas do Eixo Gestão

Nas tabelas 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 50 são apresentados detalhes sobre a análise das contribuições enviadas pelos participantes e a redação revisada de cada iniciativa.

Cód I	Iniciativa	Redação revisada	Análise das sugestões
G1.1.1	Articular a adesão de entes federativos, ministérios, estatais e setor privado à ENCP	<b>Articular a adesão de entes federativos, ministérios, estatais e setor privado à Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável</b>	Sugestão de alterar a sigla "ENCP" para "Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável", por se tratar de uma política pública relativamente nova e sua sigla ainda não ser amplamente conhecida. Demais sugestões tem relação com a implementação do processo e não serão incorporadas.
G1.1.2	Regulamentar a criação de um plano de ação de contratações públicas em nível estadual e municipal		OK, sem alteração. Demais sugestões tem relação com a implementação da regulamentação e não serão incorporadas.
G1.1.3	Incentivar a integração dos instrumentos de planejamento das cidades ao plano de contratações públicas em nível municipal		OK, sem alteração. Demais sugestões tem relação com a implementação da regulamentação e não serão incorporadas.
G1.1.4	Criar incentivos para entes federados que promovam mais redução de desigualdades regionais por meio de contratações públicas		OK, sem alteração.

<b>G1.1.5</b>	Integrar nas políticas de desenvolvimento territoriais as demandas de contratações públicas		OK, sem alteração.
<b>G1.1.6</b>	Criar "Área Temática de Compras" na Rede de Parcerias	<b>Criar "Área Temática de Compras" na Rede de Parcerias do governo federal</b>	Sugestão de acréscimo de "do governo federal" para complementar a descrição da Rede de Parcerias.
<b>G1.2.1</b>	Incentivar a unificação de orientações jurídicas entre AGU, PGEs, PGMs, MPs e TCs sobre contratações públicas		OK, sem alteração.
<b>G1.2.2</b>	Incentivar a criação de um fórum para compartilhamento de práticas e elaboração de pareceres não vinculantes entre ATRICON, MP, AGU/PGEs/PGMs e CICS	<b>Incentivar a criação de um fórum para compartilhamento de práticas e elaboração de pareceres não vinculantes entre ATRICON, MP, AGU/PGEs/PGMs e Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável</b>	Sugestão de descrever a sigla "CICS". Demais siglas são amplamente conhecidas.

**Tabela 44.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico G1

<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Redação revisada</b>	<b>Análise das sugestões</b>
<b>G2.1.1</b>	Criar programa de reconhecimento e premiação para práticas sustentáveis e inovadoras em compras		OK, sem alteração.
<b>G2.1.2</b>	Promover co-contratação interfederativa de soluções inovadoras, por meio de compras compartilhadas, adesão a atas de registro de preços e consórcios públicos para ganho de escala e aceleração da difusão tecnológica		OK, sem alteração.
<b>G2.1.3</b>	Criar plataforma nacional de desafios públicos para divulgar demandas, promover cooperação interfederativa e facilitar o desenvolvimento e a adoção de soluções pelo mercado e pelos órgãos públicos		OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas para o funcionamento da plataforma e por isso não serão incorporadas.
<b>G2.1.4</b>	Apoiar iniciativas que ofereçam orientações técnicas, operacionais e jurídicas sobre compras de inovação		OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas para a iniciativa G2.1.8 e detalhamento de estratégias para apoiar as iniciativas.
<b>G2.1.5</b>	Regulamentar mecanismos de partilha de riscos para inovação		OK, sem alteração.
<b>G2.1.6</b>	Criar sandbox regulatório em contratações públicas, com ambientes controlados para testar modelos inovadores com salvaguardas jurídicas		OK, sem alteração. Sugestão traz propostas para o funcionamento da sandbox e por isso não serão incorporadas.
<b>G2.1.7</b>	Incentivar contratações de inovação que mitiguem ou reduzam o impacto socioambiental de produtos e serviços, com foco em circularidade		OK, sem alteração.
<b>G2.1.8</b>	Regulamentar instrumentos para incentivar as contratações públicas de inovação		OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas para a regulamentação e por isso não serão incorporadas.
<b>G2.2.1</b>	Incentivar prototipagem e certificação de tecnologias nacionais desenvolvidas no âmbito de contratos públicos por ICTS	<b>Incentivar prototipagem e certificação de tecnologias nacionais desenvolvidas no âmbito de contratos públicos por Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação</b>	Sugere-se alterar a sigla ICTs por sua descrição "Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação"

<b>G2.2.2</b>	Fomentar o desenvolvimento de programas de soluções de inovação para contratações públicas por parques tecnológicos e ICTs	<b>Fomentar o desenvolvimento de programas de soluções de inovação para contratações públicas por parques tecnológicos e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação</b>	Sugere-se alterar a sigla ICTs por sua descrição "Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação". Demais sugestões trazem propostas para o fomento do desenvolvimento e por isso não serão incorporadas.
<b>G2.3.1</b>	Incorporar aos fundos públicos já existentes incentivos para contratações públicas de inovação		OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas para os incentivos e por isso não serão incorporadas.
<b>G2.4.1</b>	Consolidar e ampliar o Contrata + como sistema de contratações públicas	<b>Consolidar e ampliar o Contrata+Brasil como sistema de contratações públicas</b>	Sugere-se complementar o nome "Contrata+" para "Contrata+Brasil". Sugestão traz propostas para a consolidação do "Contrata+Brasil" e por isso não serão incorporadas.
<b>G2.4.2</b>	Criar maratona de Ciências Comportamentais para Contrata+	<b>Buscar soluções para o Contrata+Brasil, por meio da realização de uma maratona de Ciências Comportamentais</b>	Sugere-se complementar o nome "Contrata+" para "Contrata+Brasil". Para dar mais clareza para a iniciativa, sugere-se mudança geral em sua redação.
<b>G2.5.1</b>	Criar seção especial para Contratações Públicas no VitrineGov com one pages / flipbooks das boas práticas e mapa de problemas e soluções	<b>Criar seção especial para Contratações Públicas Sustentáveis no VitrineGov com boas práticas e mapa de desafios e soluções</b>	Sugere-se a inclusão do termo "Sustentáveis" para complementar "Contratações Públicas", para garantir o atendimento da ENCP; a exclusão dos termos "one pages / flipbooks" para evitar limitar o desenvolvimento da seção e alteração do termo "problemas" por "desafios" por ser uma palavra que aparenta uma perspectiva menos negativa.

**Tabela 45.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico G2

<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Redação revisada</b>	<b>Análise das sugestões</b>
<b>G3.1.1</b>	Exigir planejamento antecipado para compras agregadas federais, para promover o adequado atendimento da demanda governamental e a organização da indústria	<b>Exigir planejamento antecipado para compras agregadas federais, para promover o adequado atendimento da demanda governamental e a organização dos fornecedores</b>	Sugere-se alterar o termo "da indústria" para "dos fornecedores", para a iniciativa contemplar todos os tipos de empresas e organizações.
<b>G3.1.2</b>	Integrar os instrumentos de planejamento de contratações públicas (PCA, PLS) aos planos de ação da ENCP	<b>Integrar os Planos de Contratações Anual (PCA) e de Logística Sustentável (PLS) com a Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável</b>	Sugestão de alterar a sigla "ENCP" para "Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável". Como a iniciativa é bem específica para o PCA e PLS, sugere-se uma nova redação explicitando diretamente a integração dos Planos de Contratações Anual (PCA) e de Logística Sustentável (PLS) com a ENCP.
<b>G3.1.3</b>	Integrar os instrumentos de planejamento orçamentário aos planos de ação da ENCP.	<b>Integrar os instrumentos de planejamento orçamentário aos planos de ação da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável</b>	Sugestão de alterar a sigla "ENCP" para "Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável".
<b>G3.2.1</b>	Criar estratégias para reduzir a dependência estrangeira nas contratações públicas (análise de risco estratégico)		OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas para os tipos de estratégias e por isso não serão incorporadas.
<b>G3.2.2</b>	Regulamentar a exigência de que entes federados apresentem plano de logística a partir de suas demandas de contratações	<b>Regulamentar a exigência de que entes federados apresentem Plano de Logística Sustentável (PLS) a partir de suas demandas de contratações</b>	Sugere-se a inclusão do termo "sustentável" para vincular ao PLS do governo federal.

<b>G3.2.3</b>	Propor regramento para contratações públicas em situações de medidas de exceção, emergência ou calamidade		OK, sem alteração.
<b>G3.2.4</b>	Implantar iniciativas de gestão de logística reversa e rastreabilidade de insumos, embalagens e resíduos nas entregas de contratos públicos		OK, sem alteração.
<b>G3.2.5</b>	Criar processo de gestão de insumos críticos ao longo da cadeia de suprimentos		OK, sem alteração. Sugestão traz proposta para o processo de gestão e por isso não serão incorporadas.
<b>G3.2.6</b>	Integrar aos instrumentos de planejamento, implementação e execução de contratações públicas a análise de riscos	<b>Integrar aos instrumentos de planejamento, implementação e execução de contratações públicas a análise de riscos socioambientais e de integridade</b>	Por ser tratar da ENCP, sugere-se a inclusão dos termos "socioambientais e de integridade" como forma de especificar os tipos de "riscos" que devem ser priorizados.
<b>G3.2.7</b>	Fortalecer os processos de fiscalização das regras de proteção ambiental quando aplicadas às contratações públicas		OK, sem alteração.
<b>G3.3.1</b>	Adotar nos modelos contratuais linguagem simplificada e acessível para MEs e EPPs		OK, sem alteração. Siglas já são amplamente conhecidas.
<b>G3.4.1</b>	Incentivar a adoção dos sistemas de gestão de contratações públicas do governo federal		OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas para a operacionalização da adoção dos sistemas e por isso não serão incorporadas.
<b>G3.5.1</b>	Assegurar a implementação das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previstas em na Lei nº 14.133, de 2021		OK, sem alteração.

**Tabela 46.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico G3

<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Redação revisada</b>	<b>Análise das sugestões</b>
<b>G4.1.1</b>	Estabelecer, monitorar e divulgar indicadores e metas de desempenho da ENCP.	<b>Estabelecer, monitorar e divulgar indicadores e metas de desempenho da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável</b>	Sugestão de descrever a sigla "ENCP".
<b>G4.1.2</b>	Desenvolver Índice de Maturidade em Compras para órgãos e entidades.		OK, sem alteração.
<b>G4.1.3</b>	Criar no Observatório Interfederativo de Contratações, painel nacional de riscos com indicadores preditivos e alertas para gestores e órgãos de controle	<b>Criar na plataforma virtual do Observatório Interfederativo de Contratações, painel nacional de riscos com indicadores preditivos e alertas para gestores e órgãos de controle</b>	Sugere-se mencionar que o painel será disponibilizado em uma plataforma virtual do Observatório. Outra sugestão traz proposta muito específica e por isso não será incorporada.
<b>G4.1.4</b>	Criar comitê para governança e gestão de dados de contratações públicas		OK, sem alteração.
<b>G4.2.1</b>	Identificar e priorizar questões de negócio que possam ser respondidas por meio de análises baseadas em dados, apoiando decisões estratégicas e operacionais		OK, sem alteração.
<b>G4.2.2</b>	Desenvolver infraestrutura e processos de engenharia de dados para consolidar, integrar e disponibilizar informações estratégicas ao observatório, apoiando análises e estudos	<b>Desenvolver infraestrutura e processos de engenharia de dados para consolidar, integrar e disponibilizar informações estratégicas ao Observatório Interfederativo de Contratações, apoiando análises e estudos</b>	Sugere-se alterar o termo "observatório" para "Observatório Interfederativo de Contratações". Outra sugestão traz proposta muito específica e por isso não será incorporada.

<b>G4.2.3</b>	Disponibilizar ferramentas e diretrizes para acesso seguro e controlado aos dados do observatório, conforme o perfil e a necessidade de cada tipo de usuário (parceiros, fornecedores, academia etc.).	<b>Disponibilizar ferramentas e diretrizes para acesso seguro e controlado aos dados da plataforma virtual do Observatório Interfederativo de Contratações, conforme o perfil e a necessidade de cada tipo de usuário (parceiros, fornecedores, academia etc.)</b>	Sugere-se alterar o termo "observatório" para "Observatório Interfederativo de Contratações" e informar que o acesso aos dados será em uma plataforma virtual. Outra sugestão traz proposta muito específica e por isso não será incorporada.
<b>G4.2.4</b>	Criar laboratório de dados abertos, promovendo desafios, hackathons e cooperação entre universidades e governo		OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas para a operacionalização do laboratório e por isso não serão incorporadas.
<b>G4.3.1</b>	Utilizar bases de dados estruturadas e modelos analíticos para informar decisões de compras sustentáveis e políticas de incentivo com evidências concretas		OK, sem alteração. Sugestão traz proposta para a operacionalização da produção e uso dos dados e por isso não serão incorporadas.
<b>G4.3.2</b>	Desenvolver metodologia para medir impacto socioambiental das compras públicas		EXCLUIR. Já contemplada pela iniciativa S1.1.5 Criar matriz de impacto socioambiental para guiar as exigências e a mensuração de impacto positivo nas contratações públicas do EIXO SOCIAL
<b>G4.3.3</b>	Implementar o rastreamento de critérios ambientais nos contratos públicos em alinhamento com planos nacionais		EXCLUIR. Já contemplada pelas iniciativas do EIXO AMBIENTAL, vinculadas ao Objetivo "Difundir a adoção de inventários de ciclo de vida de produtos nas contratações públicas"
<b>G4.3.4</b>	Criar Painel de acompanhamento de impacto econômico dos fornecedores nas compras públicas (emprego, renda, sobrevivência empresarial)	<b>Criar na plataforma virtual do Observatório Interfederativo de Contratações, painel de acompanhamento de impacto econômico dos fornecedores nas compras públicas (emprego, renda, sobrevivência empresarial)</b>	Sugere-se mencionar que o painel estará na plataforma virtual do Observatório Interfederativo de Contratações.
<b>G4.4.1</b>	Desenvolver o Modelo de Análise de Impacto Regional Socioeconômico e Ambiental – MIRA		OK, sem alteração.
<b>G4.5.1</b>	Desenvolver parceria com Receita Federal do Brasil a fim de compilar a base nacional de notas fiscais eletrônicas		OK, sem alteração.
<b>G4.5.2</b>	Criar metodologia para utilização da base nacional de notas fiscais eletrônicas para pesquisa de preço em contratações públicas		OK, sem alteração.
<b>G4.5.3</b>	Coordenar a publicação dos dados de notas fiscais eletrônicas referentes a contratações públicas para fins de transparência ativa		OK, sem alteração. Sugestão traz proposta para a operacionalização da publicação dos dados e por isso não serão incorporadas.

**Tabela 47.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico G4

<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Redação revisada</b>	<b>Análise das sugestões</b>
<b>G5.1.1</b>	Criar módulo do Contratos.gov.br para contratos por desempenho, com metas, monitoramento contínuo e pagamentos vinculados a resultados		OK, sem alteração.
<b>G5.1.2</b>	Integrar sistemas de dados com a execução e fiscalização contratual, incluindo medições, fotos, georreferenciamento e IoT quando aplicável.	<b>Integrar sistemas de coleta e registro de dados à execução e fiscalização contratual, permitindo o envio e a consolidação de medições, registros fotográficos, georreferenciamento e sensores automatizados, quando aplicável.</b>	Sugestão de complementação da redação da iniciativa para dar mais clareza.

<b>G5.1.3</b>	Implantar módulo nacional de gestão de riscos contratuais, com alertas automáticos, controle de prazos e geração de relatórios em tempo real		OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas para a gestão dos riscos e por isso não serão incorporadas.
<b>G5.1.4</b>	Disponibilizar assistente virtual com inteligência artificial para apoio à elaboração, revisão e conformidade de documentos de compras	<b>Disponibilizar assistente virtual com inteligência artificial para apoio à elaboração, revisão e análise de conformidade de documentos de contratações públicas</b>	Sugere-se complementar o termo "conformidade" por "análise de conformidade" que é o processo de verificação se determinado instrumento está de acordo com regulamentações aplicáveis. Também se sugere a alteração do termo "compras" para "contratações públicas"
<b>G5.1.5</b>	Criar módulo de gestão de garantias contratuais, com acompanhamento automático de prazos, valores e liberações		OK, sem alteração.
<b>G5.1.6</b>	Disponibilizar ferramenta nacional para gestão e execução de contratos considerando indicadores dos ODS e ASG	<b>Disponibilizar ferramenta nacional para gestão e execução de contratos considerando indicadores dos ODS e a Política de ASG (Ambiental, Social e Governança) para fornecedores</b>	Sugere-se a alteração da sigla "ASG" para o termo "Política de ASG (Ambiental, Social e Governança) para fornecedores", que foi sugerida a criação no EIXO SOCIAL. Sigla ODS é amplamente conhecida e não necessita de descrição.
<b>G5.1.7</b>	Adotar padrões abertos e software livre quando vantajoso, disponibilizando catálogo federal de padrões e componentes reutilizáveis		OK, sem alteração.
<b>G5.1.8</b>	Aprimorar experiência do usuário nos sistemas de compras e contratos		Ok, sem alteração. Sugestões não se adequam à iniciativa.
<b>G5.2.1</b>	Integrar nos sistemas de gestão das contratações públicas dados de impacto econômico, ambiental e social		OK, sem alteração.
<b>G5.2.2</b>	Disponibilizar ferramenta nacional para gestão de planos de neutralização de carbono	<b>Disponibilizar ferramenta nacional para gestão de planos de neutralização de carbono em contratações públicas</b>	Complementar com o termo "em contratações públicas" para indicar os planos que serão geridos.
<b>G5.2.3</b>	Desenvolver módulo de simulação de cenários e projeção de impactos para compras sustentáveis, integrado às etapas de planejamento		OK, sem alteração.
<b>G5.2.4</b>	Incluir marcador de contratações que contribuam para metas da Nova Indústria Brasil - NIB no processo de acompanhamento das contratações públicas		OK, sem alteração.
<b>G5.3.1</b>	Aprimorar as plataformas digitais de compras públicas, ampliando os canais de interação direta entre governo e fornecedores e integrando informações sobre capacitação, habilitação e reconhecimento		OK, sem alteração.
<b>G5.3.2</b>	Desenvolver sistema integrado de inteligência de mercado em compras públicas, com painéis digitais e relatórios periódicos sobre tendências de demanda, preços e oferta		OK, sem alteração.
<b>G5.4.1</b>	Desenvolver sistema integrado de inteligência de mercado em compras públicas, com painéis digitais e relatórios periódicos sobre tendências de demanda, preços e oferta		EXCLUIR. Iniciativa igual à G5.3.2

**Tabela 48.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico G5

Cód I	Iniciativa	Redação revisada	Análise das sugestões
G6.1.1	Promover a formação de servidores públicos em contratações públicas sustentáveis		OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas que detalham a formação e por isso não serão incorporadas.
G6.1.2	Criar programa de Cursos Técnicos com IFs e MEC para oferta regular de cursos técnicos (IFs) em contratações públicas para formar futuros agentes de contratação e fornecedores	<b>Criar o Programa nacional de formação técnica em contratações públicas sustentáveis, em parceria com MEC, Institutos Federais e Escola Nacional de Administração Pública, para oferta regular de cursos técnicos aos futuros agentes de contratação e fornecedores</b>	Sugere-se acompanhar a ótima iniciativa do SUS que criou seu Programa Nacional de Formação Técnica para profissionais da área da saúde, além de acrescentar a ENAP como uma das parceiras e a descrição das siglas que não sejam amplamente conhecidas.
G6.1.3	Estabelecer requisitos mínimos de capacitação e atualização periódica para profissionais da área conforme a função	<b>Estabelecer requisitos mínimos de capacitação e atualização periódica para profissionais da área de contratações públicas, conforme a função</b>	Sugere-se acrescentar o termo "contratações públicas" para deixar explícita a "área" de trabalho dos profissionais.
G6.1.4	Exigir, como parte do processo de formação obrigatória de agentes públicos, o uso de simuladores e laboratórios de compras para treinamento de funções relacionadas com contratações públicas		OK, sem alteração.
G6.1.5	Disponibilizar material com orientações técnicas e normativas padronizadas para gestores	<b>Disponibilizar material sobre contratações públicas sustentáveis com orientações técnicas e normativas padronizadas para gestores</b>	Sugere-se acrescentar o termo "sobre contratações públicas sustentáveis" para deixar explícito o tema do material
G6.1.6	Criar rede nacional de instrutores certificados em contratações públicas	<b>Criar rede nacional de instrutores certificados em contratações públicas sustentáveis</b>	Sugere-se acrescentar o termo "sustentáveis" para deixar explícita a especialização em sustentabilidade
G6.1.7	Criar banco de talentos de servidores especializados em contratações públicas para subsidiar ações de capacitação, mobilidade e alocação de profissionais	<b>Criar banco de talentos de servidores especializados em contratações públicas sustentáveis para subsidiar ações de capacitação, mobilidade e alocação de profissionais</b>	Sugere-se acrescentar o termo "sustentáveis" para deixar explícita a especialização em sustentabilidade
G6.1.8	Fomentar a criação de núcleos estaduais de apoio técnico itinerante para capacitação local		OK, sem alteração.
G6.1.9	Realizar capacitações conjuntas para órgãos de diferentes esferas		OK, sem alteração.
G6.1.10	Criar programa de formação no tema de propriedade intelectual aplicado às contratações públicas de inovação		OK, sem alteração.
G6.1.11	Criar capacitações sobre certificações ambientais aplicadas às contratações públicas		OK, sem alteração.
G6.1.12	Orientar acerca da aplicação de critérios de qualidade nos produtos como diferencial técnico		OK, sem alteração.
G6.1.13	Promover capacitação e conscientização sobre impacto socioambiental nas compras públicas		OK, sem alteração.
G6.1.14	Instituir função gratificada específica para pregoeiros e agentes de contratação, reconhecendo a complexidade e a responsabilidade dessas atividades		OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas que detalham a criação dessa função e por isso não serão incorporadas.
G6.1.15	Elaborar guia de uso de evidências com padrões de análise, mitigação de vieses e tomada de decisão responsável		OK, sem alteração.
G6.1.16	Formar lideranças e alta gestão em compras públicas com foco em risco, evidências e valor público		OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas que detalham a formação e por isso não serão incorporadas.

<b>G6.2.1</b>	<p>Criar plataforma de capacitação digital contínua para agentes de contratação e fornecedores, com cursos gamificados e certificação automática</p>		<p>OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas que detalham a plataforma e por isso não serão incorporadas.</p>
<b>G6.2.2</b>	<p>Criar a plataforma nacional de conhecimento em compras sustentáveis - Portal único com: modelos de ETP/TR/Edital por tipo de objeto, biblioteca de especificações sustentáveis, repositório de boas práticas e soluções com código aberto</p>	<p><b>Criar plataforma nacional de conhecimento em compras sustentáveis, reunindo modelos de estudos técnicos preliminares, termos de referência e editais por tipo de objeto, biblioteca de especificações sustentáveis, repositório de boas práticas e soluções em código aberto</b></p>	<p>Iniciativa está fragmentada em duas frases. Sugere-se a fusão em uma única e a descrição das siglas.</p>

**Tabela 49.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico G6

<b>Cód I</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Redação revisada</b>	<b>Análise das sugestões</b>
<b>G7.1.1</b>	<p>Criar mecanismos de preparação de fornecedores para atender à demanda estatal</p>		<p>OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas mais relacionadas à capacitações, que foi tema do objetivo específico G6 e por isso não serão incorporadas.</p>
<b>G7.2.1</b>	<p>Permitir a captação da avaliação sobre a experiência do processo de fornecimento para o governo</p>	<p><b>Implementar pesquisas de percepção com fornecedores para avaliar sua experiência no processo de fornecimento para o governo</b></p>	<p>Sugere-se uma alteração no início da redação para facilitar a compreensão.</p>
<b>G7.2.2</b>	<p>Instituir mecanismos de escuta ativa dos fornecedores para fortalecer a confiança entre setor público e privado promovendo melhora contínua das contratações públicas</p>		<p>OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas que detalham como pode funcionar o mecanismo da escuta ativa e por isso não serão incorporadas.</p>
<b>G7.2.3</b>	<p>Promover iniciativas de interação inovadora com fornecedores, incluindo hackathons, rodadas de negócios regionais e publicações de casos de sucesso em compras públicas</p>		<p>OK, sem alteração.</p>
<b>G7.2.4</b>	<p>Promover programas de diálogo setorial entre governo, órgãos de compras e setor privado, incluindo intercâmbio de experiências</p>		<p>OK, sem alteração.</p>
<b>G7.2.5</b>	<p>Estabelecer canal oficial de comunicação digital entre fornecedores e órgãos públicos, com registro de interações e integração aos processos licitatórios</p>		<p>OK, sem alteração. Sugestões trazem propostas que detalham como pode funcionar o canal de comunicação e por isso não serão incorporadas.</p>
<b>G7.3.1</b>	<p>Criar "atestado de desempenho de execução de contratos por parte de MEIs, MEs e EPPs", incentivando a sua contratação</p>	<p><b>Criar sistema de registro e certificação de desempenho na execução de contratos públicos por MEIs, MEs e EPPs, para fortalecer sua reputação e ampliar oportunidades de contratação</b></p>	<p>A iniciativa possui um enorme potencial e então sugere-se que ao invés do atestado, seja criado um sistema de certificação do desempenho.</p>
<b>G7.3.2</b>	<p>Apoiar fornecedores para obtenção de certificações e selos de qualidade e sustentabilidade</p>		<p>OK, sem alteração.</p>
<b>G7.3.3</b>	<p>Criar programa de avaliação e certificação voluntária de fornecedores, reconhecendo boas práticas de conformidade, capacidade de entrega e desempenho em contratações públicas</p>	<p><b>Criar programa de avaliação e certificação voluntária de fornecedores, reconhecendo boas práticas de conformidade e de ASG (Ambiental, Social e Governança), capacidade de entrega e desempenho em contratações públicas</b></p>	<p>Sugere-se que boas práticas de ASG (Ambiental, Social e Governança) também possam ser reconhecidas. Demais sugestões trazem propostas que detalham o programa de certificação e por isso não serão incorporadas.</p>

<b>G7.4.1</b>	Mapear o processo de contratações públicas, visando simplificar o processo para produtores nacionais, MEs e EPPs		OK, sem alteração. Siglas são amplamente conhecidas e não necessitam de descrição.
<b>G7.4.2</b>	Simplificar o processo de habilitação de fornecedores em contratações públicas		OK, sem alteração. A sugestão de padronização é um processo de simplificação e por esse motivo não será incorporada. Outras sugestões trazem propostas que detalham a simplificação e por isso não serão incorporadas.
<b>G7.4.3</b>	Simplificar a comprovação de capacidade técnica das MEs e EPPs		OK, sem alteração. Siglas são amplamente conhecidas e não necessitam de descrição. Outras sugestões trazem propostas que detalham a simplificação e por isso não serão incorporadas.
<b>G7.4.4</b>	Realizar e fomentar ações de desenvolvimento para fornecedores de grupos sub-representados para ampliar o acesso às compras públicas	<b>Realizar e fomentar ações de desenvolvimento para fornecedores de regiões com menor dinamismo econômico e de grupos sub-representados para ampliar o acesso às compras públicas</b>	Sugere-se agregar a menção aos "fornecedores de regiões com menor dinamismo econômico" que foi indicada como proposta de nova iniciativa do Objetivo Específico E2 do Eixo Econômico, mas não foi incorporada.
<b>G7.4.5</b>	Criar painel público com ranking de fornecedores sustentáveis contratados pela administração	<b>Criar painel público com ranking de fornecedores sustentáveis contratados pelo governo</b>	Sugere-se alterar o termo "administração" para "governo" para dar mais clareza que se trata de órgãos públicos
<b>G7.4.6</b>	Promover a busca ativa de fornecedores nacionais para contratações públicas		OK, sem alteração.

**Tabela 50.** Detalhamento do aprimoramento da redação das iniciativas do Objetivo estratégico G7

## F.2.2) Análise das sugestões de novas iniciativas

O Eixo Gestão recebeu **28 sugestões de novas iniciativas**, porém nenhuma delas apresentou elementos novos que contribuem com o atendimento dos 3 Objetivos estratégicos, e por esse motivo nenhuma das sugestões enviadas pelos participantes foi incorporada ao Plano de ação.

As sugestões de aprimoramento estão disponíveis na íntegra no ANEXO D, na aba "2.3. Adicionar iniciativa", e os principais motivos para não terem sido utilizadas são:

<b>Nº de sugestões NÃO ADICIONADAS</b>	<b>Justificativa - resumo</b>
1 sugestões	Texto incompleto e inconclusivo
3 sugestões	Iniciativa mais apropriada para outro Eixo temático
1 sugestão	Texto com sugestão de atualização da redação do Objetivo estratégico
23 sugestões	Proposta já contemplada em outras iniciativas existentes ou recém adicionadas

**Tabela 51.** Resumo do aprimoramento da redação das iniciativas do Eixo Gestão

## G) Considerações finais

Ao final da sistematização e análise das 10.495 contribuições, enviadas por 127 participantes para revisão das 162 iniciativas da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ENCP), no período de 08 de dezembro de 2025 e 09 de março de 2026, é possível afirmar que o formato da consulta pública na plataforma Brasil Participativo (disponível no endereço eletrônico <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/encp>), cumpriu com seus objetivos.

Uma pequena reflexão para futuras consultas públicas é a necessidade de inclusão de um campo para preenchimento da justificativa de exclusão de uma iniciativa. Na presente consulta, se notou uma certa divergência entre as contribuições dos participantes e não foi possível obter uma conclusão pela falta dessa informação. Apesar disso, acrescentar um novo campo de texto, significa aumentar o tempo despendido pelos participantes e talvez essa informação não seja das mais relevantes. Afinal, na presente consulta pública, o baixo percentual de contribuições indicando a exclusão das iniciativas, cumpriu sua utilidade ao funcionar como uma alerta para a etapa da análise qualitativa, porém sem a necessidade de excluir qualquer iniciativa antecipadamente.

Um dos objetivos alcançados pela consulta pública foi identificar, segundo os participantes, as principais iniciativas com maior potencial para viabilizar o alcance de cada um dos objetivos estratégicos dos 4 Eixos temáticos da ENCP. A seguir, é possível observar as 5 iniciativas (com suas redações já revisadas) mais votadas.

Eixo temático	Objetivo estratégico	Cód I	Iniciativa	Nº de respostas	% Eixo	% Total
<b>Ambiental</b>	A3. Incentivar a contratação pública de soluções da bioindústria e da bioeconomia, com vistas à promoção do uso sustentável dos recursos da natureza, da rastreabilidade ambiental e da inovação biotecnológica	<b>A3.1.5</b>	Priorizar e facilitar o acesso de fornecedores que adotam práticas de agricultura regenerativa, agroecologia ou outras técnicas de agricultura e manejo sustentável em contratos públicos	62	52,5%	<b>48,8%</b>
<b>Ambiental</b>	A1. Promover contratações públicas sustentáveis que priorizem a regeneração do meio ambiente, a economia circular e a inovação em tecnologias limpas	<b>A1.1.4</b>	Elaborar um plano para operacionalizar a mensuração do ciclo de vida (ACV) dos objetos adquiridos nas compras, contratos e aquisições públicas	56	47,5%	<b>44,1%</b>
		<b>A1.3.1</b>	Priorizar, nas contratações públicas, matérias-primas de menor impacto ambiental ou regenerativas	55	46,6%	<b>43,3%</b>
<b>Econômico</b>	E1. Incentivar a realização de investimentos estratégicos para a soberania produtiva e tecnológica, o desenvolvimento tecnológico, o adensamento produtivo e a geração de emprego e renda	<b>E1.1.3</b>	Incentivar investimentos para contratação de soluções inovadoras nacionais em setores estratégicos para o Estado	46	51,7%	<b>36,2%</b>
<b>Social</b>	S1. Incentivar a economia de impacto e promover a inovação social	<b>S1.1.3</b>	Adotar metas socioambientais obrigatórias em editais de grande vulto	43	47,3%	<b>33,9%</b>

**Tabela 52.** Cinco iniciativas mais votadas pelos participantes da consulta pública

Outro objetivo foi obter contribuições técnicas dos participantes para embasar a análise da adequação da redação das 162 iniciativas visando contribuir com os objetivos estratégicos da ENCP. Dessa forma, como apresenta a Tabela 53, foi possível concluir que **80 ou 49,3%** das iniciativas já estavam **adequadas**, **73 ou 45,2%** necessitavam de **aprimoramentos** e **9 ou 5,5%** poderiam ser **excluídas**.

Além disso, as contribuições também apresentaram propostas e elementos que não estavam contemplados em iniciativas já existentes e embasaram a elaboração de **4 novas iniciativas**, sendo 3 delas incorporadas ao Eixo Ambiental e 1 ao Eixo Econômico.

Então, ao final do processo de sistematização e análise, podem ser incorporadas **157 iniciativas ao Plano de Ação Quinquenal (2027-2031) da ENCP**.

Eixo temático	NÚMERO DE INICIATIVAS					
	Início	Adequada	Aprimorada	Excluída	Nova	TOTAL final
Social	23	4	15	4	0	19
Ambiental	18	5	13	0	3	21
Econômico	22	8	12	2	1	21
Gestão	99	63	33	3	0	96
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>80</b>	<b>73</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>157</b>

**Tabela 53.** Resumo do resultado geral da revisão das iniciativas da ENCP, a partir da consulta pública 2026

## H) Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR ISO 14025 - Rótulos e declarações ambientais**. Brasília, DF: ABNT, 2015. Disponível em: <https://www.abntcatalogo.com.br/pnm.aspx?Q=ZUJpdzBCL3NZTUITQmZVVHd2bkhIajBIM3NaRU1wMDiSaGJMSkRybzZLdz0=>. Acesso em: 11 abril. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Rótulo Ecológico**. ABNT, 2026. Disponível em: <https://portaldasustentabilidade.abnt.org.br/rotulo-ecologico/>. Acesso em: 20 março. 2026.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. **Manual do contrato público para solução inovadora**. Brasília, DF: Advocacia-Geral da União, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/labori/minutas/manual-do-contrato-publico-para-solucao-inovadora.pdf>. Acesso em: 11 abril. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Banco Nacional de Inventários do Ciclo de Vida de Produtos Brasileiros - SICV Brasil**. Ibict.br, 2026. Disponível em: <https://sicv.acv.ibict.br/index.xhtml>. Acesso em: 30 março. 2026

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Cadernos da Taxonomia Sustentável Brasileira**. Gov.br, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/cadernos/cadernos-da-taxonomia-sustentavel-brasileira>. Acesso em: 16 março. 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Nova Indústria Brasil (NIB)**. Gov.br, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/programas-em-destaque/nova-industria-brasil>. Acesso em: 16 abril. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **1ª Maratona de Ciências Comportamentais em Políticas Públicas para o Empreendedorismo**. Gov.br, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2025/julho/vem-ai-a-primeira-maratona-de-ciencias-comportamentais-em-politicas-publicas-para-empreendedorismo>. Acesso em: 11 maio. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Compras.gov.br – Margem de preferência**. Gov.br, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/margem-de-preferencia>. Acesso em: 30 março. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Contrata+Brasil**. Gov.br, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/contratamaisbrasil/pt-br/conheca-o-contrata-brasil>. Acesso em: 11 maio. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Manual de orientações e boas práticas na nova lei de licitações e contratos administrativos**. Brasília, DF: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/manuais/manual-governanca-nas-contratacoes/manual-de-boas-praticas-em-contratacoes-publicas.pdf>. Acesso em: 16 abril. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Caderno de Logística - Plano Diretor de Logística Sustentável**. Brasília, DF: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel/plano-diretor-logistica-sustentavel-ver1.pdf>. Acesso em: 16 março. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP**. Gov.br, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Acesso em: 11 maio. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Rede de Parcerias**. Gov.br, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/rededeparcerias/pt-br>. Acesso em: 11 maio. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **VitrineGov**. Gov.br, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/gestaoeinovacao/inovacao-governamental-carreiras-transversais/inovacao-governamental/vitrinegov>. Acesso em: 11 maio. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Guia referencial de sandbox regulatório**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/labori/GUIAREFERENCIALDESANDBOXREGULATRIO18112024.pdf>. Acesso em: 11 maio. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Diretrizes nacionais para descarbonizar o transporte urbano de carga**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/qualidade-ambiental-e-meio-ambiente-urbano/diretrizes-nacionais-para-descarbonizar-o-transporte-urbano-de-carga.pdf>. Acesso em: 16 abril. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB 2025–2030: Sumário Executivo**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/biodiversidade-e-biomas/epanb-2025-2030-sumario-executivo.pdf>. Acesso em: 16 abril. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Plano Clima 2024-2035 – Sumário Executivo**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/mudanca-do-clima/sumario-executivo-plano-clima.pdf>. Acesso em: 16 abril. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Plano nacional de desenvolvimento da bioeconomia – 2026-2035**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/bioeconomia/pndbio-resumo-executivo.pdf>. Acesso em: 16 abril. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Formação Técnica para o SUS - Formatec-SUS**. Gov.br, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/formatec-sus>. Acesso em: 11 maio. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL)**. Gov.br, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria/cadastro-nacional-de-empreendimentos-economicos-solidarios-cadsol>. Acesso em: 30 março. 2026.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Brasil Participativo - Consulta pública sobre a Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ENCP)**. Gov.br, 2026. Disponível em: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/encp/f/2081>. Acesso em: 16 março. 2026.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de gestão de riscos**. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/governanca-do-setor-de-defesa/guias-e-referenciais-1/arquivos/referencial-basico-de-gestao-de-riscos.pdf>. Acesso em: 11 maio. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm). Acesso em: 20 março. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024**. Regulamenta o art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a aplicação da margem de preferência no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e institui a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/decreto/d11890.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11890.htm). Acesso em: 30 março. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm). Acesso em: 20 abril. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm). Acesso em: 20 março. 2026.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Programa Brasileiro GHG Protocol.** FGV, 2026. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/centros/centro-estudos-sustentabilidade/projetos/programa-brasileiro-ghg-protocol>. Acesso em: 22 abril. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** ONU Brasil, 2026. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 março. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (UNIDO). **Iniciativa para a Descarbonização Profunda da Indústria.** UNIDO, 2026. Disponível em: <https://decarbonization.unido.org/policies/green-public-procurement/>. Acesso em: 25 março. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (EU) 2024/1748, de 13 de junho de 2024.** Estabelece um regime para a definição de requisitos de conceção ecológica dos produtos sustentáveis. Bruxelas, BÉLGICA: União Europeia, 2024. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2024/1781/oj?eliuri=eli%3Areg%3A2024%3A1781%3Aoj&locale=pt>. Acesso em: 30 março. 2026.